



IBB · ICM · BHI · BTI · BWI  
www.bwint.org

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO E MADEIRA  
REGIÃO DA ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO

# Multinacionais **CHINESAS** em **ÁFRICA**

**FRIEDRICH  
EBERT  
STIFTUNG**

Trade Union Competence Centre  
for Sub Sahara Africa

**Peso do desenvolvimento sobre os trabalhadores**  
As Perspectivas políticas, socioeconómicas e culturais

中国你好  
我们是朋友



**ICM REGIÃO**  
ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO



**Empresas Multinacionais Chinesas em África**



## ÍNDICE

I.	AGRADECIMENTOS.....	4
II.	SUMÁRIO .....	5
III.	RESUMO HISTÓRICO .....	6
IV.	A PROMESSAS DA CHINA PARA A ÁFRICA: ESTE ANO .....	7
	Declaração da Cimeira de Joanesburgo do Fórum de Cooperação China-África.....	9
V.	PROMESSAS DE CHINA PARA ÁFRICA: GRANDES INVESTIMENTOS .....	15
VI.	OS MAIORES PROJECTOS DA CHINA EM AFRICA .....	17
VII.	FÓRUM GLOBAL SOBRE AS EMN CHINESAS I .....	23
VIII.	PLANO DE ACÇÃO GLOBAL DO ICM SOBRE AS EMN .....	1
IX.	MARCOS REGIONAIS: DE ABUJA À TANZÂNIA .....	5
X.	PERSPECTIVA GERAL E CONTEXTO .....	8
XI.	MATERIAL EXPLICATIVO SOBRE AS EMN CHINESAS .....	13
XII.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO ICM.....	15
XIII.	PRIORIDADES DO ICM PARA O PERÍODO 2014 – 2017.....	16
XIV.	VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES: CASO DO SENEGAL .....	19





## I. AGRADECIMENTOS

Esta brochura baseia-se no relatório de pesquisa sobre a "China em África: Estudo de Causa sobre as Práticas Trabalhistas das Empresas Chinesas na perspectiva de Trabalho no Sector da Construção Africana". A pesquisa foi feita pelo ICM em 2013. A brochura contém também as resoluções aprovadas durante o Congresso do ICM em 2015, em Bangkok e extratos de Investimentos Chineses em África: Oportunidade ou Ameaça para os Trabalhadores Africanos?

Estamos gratos pelo apoio incondicional financeiro prestado pela FES para a campanha e pelo trabalho em rede de modos que as filiais possam compartilhar experiências e lições aprendidas sob como organizar e negociar colectivamente com as EMN Chinesas. Agradecemos também os demais afiliados do ICM que contribuíram com questões relacionadas com as Empresas Multinacionais especialmente as EMN Chinesas em África.

**FRIEDRICH  
EBERT  
STIFTUNG**

Trade Union Competence Centre  
for Sub Sahara Africa

## II. SUMÁRIO



Existe um acordo entre aqueles que seguem as relações China-África que as empresas Chinesas estatais e privadas tornaram-se grandes investidores em África nos últimos 10 anos. Mesmo as pessoas individuais chinesas estão a investir pequenas quantias em empresas que vão de restaurantes a clínicas de acupuntura. É possível que, nos últimos anos, a China era a maior fonte bilateral de investimento estrangeiro directo anual (IED) em 54 países da África.

Desde a virada do século 21, as empresas chinesas estatais e privadas têm entrado em países africanos, buscando recursos naturais, novos mercados e outras oportunidades de negócios. O comércio da China com o continente tem subido; em 2009, a China ultrapassado os Estados Unidos para se tornar o maior parceiro comercial da África, e até 2014 fluxos ultrapassado comercial dos EUA com o continente por mais de US \$ 120 bilhões. Estas tendências coincidem com uma explosão no optimismo sobre as perspectivas de crescimento económico de África.

Mas agora, com o abrandamento do crescimento económico da China - o seu PIB cresceu 6,9 por cento em 2015, ante 7,3 por cento em 2014 e a menor taxa de crescimento da China visto em 25 anos - as coisas estão a mudar. Recentemente, a estância alfandegária da China relatou que as exportações africanas para a China em 2015 caíram 38 por cento desde 2014. Em novembro de 2015, o Ministério do Comércio da China anunciou uma queda de 40 por cento de ano-em-ano, em investimentos para o continente, o que o jornal de língua Inglesa estatal "*China Daily*" chamou de "colapso". Como gigante que a economia da China desacelera - ou pior, talvez encabeçando uma aterrizagem difícil - Alguns analistas acreditam que as perspectivas para o continente Africano é sombrio. A queda da moeda da África do Sul, o *Rand*, é uma manifestação recente de mais dor por vir <http://foreignpolicy.com/2016/02/18/africa>

Mais de 2.000 empresas chinesas investiram em África. A maior parte do investimento foi canalizada para a energia, mineração, construção e indústria transformadora. A China começou a aumentar de forma significativa o seu investimento na África num momento em que as empresas ocidentais, incluindo os Estados Unidos, foram afastando-se da África. A China aproveitou as oportunidades e, em certa medida, preencheu um vazio deixado pelo Ocidente. Mas, porque as empresas ocidentais começaram a investir em África muito antes, os seus investimentos cumulativos excedem muito o IED da China em África <https://africaupclose.wilsoncenter.org/chinas-investments-in-africa/>

O Fórum de Cooperação China África (FOCAC) realizada em Joanesburgo, finais de 2015, em que Xi Jinping prometeu USD \$ 60 bilhões de dólares em financiamento para África, alguns dos quais seriam canalizados para estimular a indústria africana - para continuar a construir e transformar a relação comercial China-África, teve reacções mistas de diferentes partes interessadas. Uma série de temas emergiram do Fórum:

**Infraestruturas de desenvolvimento e integração regional:** A necessidade de infraestrutura "corredores" e integração regional, notando que a China já está activamente na construção de redes de telecomunicações e ferroviárias.

**China como um parceiro responsável:** Embora a maioria dos participantes estavam implacavelmente positivos sobre os resultados da cooperação China-África, e há necessidade de uma abordagem mais responsável para a sustentabilidade da dívida e os encargos financeiros gerados por empréstimos chineses. Foi também reconhecido que as empresas chinesas precisam respeitar as leis locais.

**Capital humano e infraestrutura imaterial:** A infraestrutura material não é suficiente - um número de participantes chineses e africanos manifestaram a necessidade de maior investimento em capital humano, uma maneira para que as empresas chinesas possam "dar a volta" as comunidades locais.

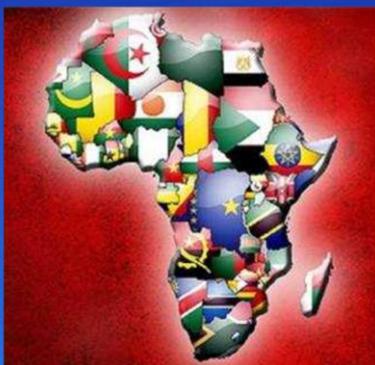


### III. RESUMO HISTÓRICO

A China indiscutivelmente apoiou a África, mas a responsabilidade de gerir o envolvimento da China recai sobre o continente. A rápida expansão da China na participação económica e política em África continua a atrair diversas respostas de vários quadrantes. A China tornou-se hoje o maior parceiro comercial dos países africanos e sua influência e os interesses estendem-se por todo o continente.



Em 4 e 5 de Dezembro, a África do Sul recebeu o Presidente Chinês Sr. Xi Jinping, em Joanesburgo para o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC). Notavelmente, indo acima e além da sua tradição de dobrar compromisso de financiamento para a África, em cada reunião do FOCAC, a China *triplicou-o* desta vez. Embora estes compromissos importantes em diferentes frentes foram bem-vindas pelos dirigentes africanos, os observadores das relações China-África fizeram mais perguntas, especialmente sobre a crise das relações económicas Sino-África em 2015 e as implicações dessas promessas renovadas no contexto do desaceleramento da própria económica da China.



中非合

The Johannesburg  
Sommet de



**COOPERAÇÃO CHINA-ÁFRICA**



## IV. A PROMESSAS DA CHINA PARA A ÁFRICA: ESTE ANO



O único compromisso do Presidente da China Xi na cimeira foi uma promessa de investimento total de USD 60 bilhões. Como observado acima, o tamanho dessas promessas foi surpreendente, já que a China tinha consistentemente dobrado as suas promessas de financiamento para a África em reuniões anteriores do FOCAC de USD 5 bilhões em 2006, para USD 10 bilhões em 2009 e USD 20 bilhões em 2012. Da mesma forma, é importante notar que, ao contrário das promessas anteriores, que todos tinham um prazo de três anos, a promessa da China desta vez não vem sequer com um. Contudo, uma vez que a próxima reunião do FOCAC é esperado para ser realizado em 2018, a China está susceptível de satisfazer a maior parte dos seus compromissos antes de anunciar de novo.

A diferenças com compromissos passados também se encontram na *composição* dos compromissos financeiros. Em 2006, a China especificou que os USD 5 bilhões consistiam de USD 3 de empréstimos concessionais e USD 2 em crédito para compradores. Em 2009, os USD 10 bilhões, na sua totalidade foi para empréstimos concessionais. Em 2012, a contribuição da China mudou para USD 20 bilhões de empréstimos. E, desta vez, os USD 60 mil milhões estão definidos a uma maior abrangência como investimento, "Incluindo USD 5 bilhões para doações e empréstimos sem juros, USD 35 bilhões para empréstimos concessionais e de crédito do comprador, e o resto como financiamento comercial. A diversificação do portfólio envia várias mensagens: 1) A China está mais confiante no futuro económico do continente Africano; 2) China está se tornando mais agressiva relativamente a sua entrada financeira em África; e 3) os activos detidos pela China no terreno em África tendem a crescer.

### **A China destaca novos sectores de cooperação e minimiza os recursos naturais africanos**

Na cimeira, Xi propôs 10 planos gerais de cooperação Sino-África, abrangendo quase todos os aspectos dos seus laços económicos: indústria, agricultura, infraestrutura, meio ambiente, facilitação de comércio, redução da pobreza, e de saúde pública. A direcção geral se encaixa no reajuste da política africana da China desde a posse do presidente Xi. "A cooperação da capacidade industrial" e a "complementaridade estratégica" tornaram-se as duas palavras-chave para aspiração económica da China em África. Sob a própria reestruturação económica da China e aspiração da África para a industrialização, modernização e urbanização, a China está interessada em mudar suas indústrias de trabalho intensivo para a África. Essa cooperação da capacidade industrial deverá ser complementada pela exportação de excesso de capacidade da China para apoiar projectos de infraestruturas africanas e capacitação através de assistência técnica, formação profissional e programas de bolsas.

Surpreendentemente, os recursos naturais quase desapareceram completamente das declarações políticas da China neste momento. Xi só mencionou os recursos naturais, uma vez no seu longo discurso - e apenas em referência à abundante dotação económica em África e o futuro promissor. Da mesma forma, na longa elaboração sobre a forma como a China planeia implementar estas novas medidas económicas e comerciais, o Vice-Ministro chinês do Comércio, optou por se concentrar em como desenvolver e expandir os recursos não-exportáveis da África. Nem oficialmente foi feita qualquer referência ao investimento e cooperação da China com a África nos sectores de recursos.

Esta escassez de referências não está de um modo geral, em linha com o importante papel que os recursos naturais têm desempenhado nas importações da China a partir de África. Em Novembro de 2015, a maioria das exportações africanas para a China foram em recursos naturais. De acordo com as estatísticas dos serviços aduaneiros chineses, o petróleo bruto, minério de ferro, diamantes e produtos agrícolas juntos representaram 56,5 por cento das importações chinesas de África durante os três primeiros trimestres de 2015. E este número está na extremidade baixa, porque a demanda da China por matérias-primas tem sido suprimida pela sua desaceleração da economia este ano. Neste sentido, a intenção de



minimizar a importância dos recursos naturais no comércio Sino-África, na sua manifestação política da China é clara. Dada a imagem negativa associada com o grande papel desempenhado pelos recursos naturais africanos nas relações económicas sino-África, tal aspiração é compreensível.



### **Sob as mudanças das relações sino-Africana, o que realmente significam essas promessas?**

A industrialização, a diversificação do comércio, o desenvolvimento de infraestrutura e integração económica regional são todos, ingredientes certos para o futuro económico sólido da África. No entanto, no curto prazo, à luz da própria desaceleração económica da China, questões existem sobre as implicações dos laços económicos da China com África e para a sustentabilidade dos compromissos financeiros da China.

Em primeiro lugar, um círculo precisa ser endireitado entre as grandes promessas da China e a recente crise das relações económicas Sino-África. Esta crise manifestou-se não só através da diminuição do comércio Sino-África, mas também em queda brusca do investimento da China em direcção ao continente. De acordo com os dados do Ministério do Comércio da China, o comércio caiu 18 por cento nos primeiros nove meses de 2015 em relação ao ano anterior, o maior declínio no comércio da China com a África nos últimos anos. No lado do investimento, o Ministério do Comércio apenas revelou no mês passado que o investimento directo da China em África ficou em USD \$ 1,19 bilhões no primeiro semestre de 2014, caindo mais de 40 por cento ano após ano. A desaceleração está atribuída à lenta recuperação económica global, as flutuações dos produtos internacionais, e ao surto de Ébola.

Se a queda, quer no comércio e, como no investimento representa apenas uma flutuação de curto prazo ou uma tendência de longo prazo continua a ser observado. O Vice-Ministro chinês do comércio disse estar "Confiante sobre o comércio China-África" por causa do desenvolvimento positivo em África, incluindo a sua crescente população, daí a sua força de trabalho e potencial de mercado. Portanto, conhecesse-se amplamente que a própria desaceleração económica da China suprimiu a sua demanda interna de matérias-primas, o que explica a grande queda de 39,3 por cento das importações da China de África a partir de Janeiro a Setembro passado. As novas iniciativas anunciadas por Xi, se forem bem implementadas, terão o potencial de melhorar a imagem, a longo prazo. Portanto, no curto prazo, a forma das relações económicas Sino-África dependerá em grande parte da própria recuperação económica da China, que ainda tem algumas grandes incertezas para dizer o mínimo.

Em segundo lugar, a velha questão sobre os prazos de pagamento de empréstimos chineses permanece. A maioria do financiamento chinês em África não são concessões gratuitas, mas sim, empréstimos e investimentos. No passado, muitos dos contratos de empréstimo tinha sido apoiado por recursos naturais da África, como mostrado pelo famoso modelo de Angola. Actualmente, como mencionado acima, a China está a tentar minimizar o papel dos recursos naturais nas relações Sino-África e evoluir para novos modelos de cooperação económica. No entanto, apesar da boa lógica, surge uma questão fundamental: Se os empréstimos chineses não são mais garantidos ou pagos com os recursos africanos, com quem **estão** eles a garantir e pagar?

Não há consenso sobre a resposta mesmo entre os analistas chineses. Alguns parecem estar confiantes de que o crescimento do PIB e da receita fiscal a ser gerado pelos projectos de infraestrutura, industrialização e facilitação de comércio na África irá gradualmente levar a um ciclo saudável de pagamento de empréstimos chineses. Todavia, muitos outros estão céticos e vêem esse cenário como um jogo longo e excessivamente optimista. Principalmente pela dimensão do financiamento chinês será extremamente difícil para a China abandonar completamente os recursos nos seus sistemas de financiamento. Outros, curiosamente, têm levantado algumas opções criativas com foco na propriedade de activos no terreno, incluindo a terra.

A viabilidade comercial desses acordos económicos é de grande importância para a política doméstica da China. Se não tiver êxito, eles terão potencial suficiente para fazerem mais críticas ao governo chinês, levantando questões sobre a governação e competência de Xi. Na verdade, um artigo muito divulgado na mídia social chinesa no início deste mês exigiu que o Presidente Xi parasse as suas caras visitas estrangeiras, porque ele envia bilhões de dólares para países estrangeiros a todo momento, enquanto se agravam os problemas internos da China (pobreza, meio ambiente, preço da habitação, cuidados médicos, educação). Neste sentido, embora Xi fez grandes compromissos financeiros para a África, a menos que os acordos revelem-se verdadeiramente de mútuo benefício, os custos políticos e económicos nacionais de tais contribuições se tornarão um desafio cada vez mais sério para a China a partir de dentro.

Apesar da desaceleração económica da China e da queda dos preços dos produtos no mercado internacional, a África continua a ser a segunda região que mais cresce atrás da Ásia e alguns países como Moçambique, Etiópia e República Democrática do Congo estão entre as que mais crescem no mundo. O acordo chinês de USD \$ 60 bilhões é uma aposta calculada mas, ousada, do ponto de vista dos países africanos é oportuno e de apoio. Do ponto de vista chinês, a aposta pode ser arriscada por varias razões, mas com certeza vai atar o futuro da China mais próximo da de África.



## **DECLARAÇÃO DA CIMEIRA DE JOANESBURGO DO FÓRUM DE COOPERAÇÃO CHINA-ÁFRICA**

5 de Dez. 2015

*(Versão combinada de África e China)*

1. Nós, os Chefes de Estado, de Governo e Delegações da República Popular da China e 50 países africanos (indicados no plano em anexo), e do Presidente da Comissão da União Africana, realizada em Joanesburgo, África do Sul nos dias 4 e 5 de Dezembro de 2015 na Cimeira do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), sob o tema "China-África Progredindo Juntos: Cooperação Mutuamente Benéfica para o Desenvolvimento Comum", para consolidar a solidariedade e a cooperação entre os povos da China e da África.

2. Que vimos junto como África, com uma população de 1,1 bilhão de pessoas, e a China, com 1,3 bilhões de pessoas, temos o compromisso de inaugurar um novo modelo para concretizar oportunidades para o desenvolvimento mútuo futuro, e contribuir para a promoção da paz mundial, a estabilidade e o desenvolvimento da África e da China.

3. Ambos os países africanos e a China são os países que enfrentam desafios comuns do desenvolvimento e compartilhamento de amplos interesses comuns em um mundo que está passando e continuará a passar por mudanças profundas e complexas em desenvolvimento.

Portanto, cabe a nós continuar a fortalecer a plataforma actual para o diálogo colectivo, consolidar amizade tradicional África-China, aprofundar a colaboração estratégica e melhorar o mecanismo de cooperação prática entre a China e África.

Embora ambos os lados tivessem concordado em actualizar o novo tipo de parceria estratégica mútua e de cooperação solidária e global, e promover uma actualização abrangente da cooperação amigável de mútuos benefícios entre China-África, a ausência de vozes sindicais nestes acordos é uma grande preocupação.

4. Temos o prazer de observar que a FOCAC tem alcançado resultados mutuamente benéficos durante os últimos 15 anos desde a sua criação. Nós recomendamos altamente as principais acções de seguimentos iniciados e executados pela Cimeira de Pequim e as Conferências Ministeriais da FOCAC a este respeito.



5. A cooperação China-África tem sido constantemente enriquecida, abrangendo áreas mais amplas, com maior diversidade de participantes e justamente tornou-se uma marca retumbante para a solidariedade e cooperação entre a China-África e um modelo para liderar a cooperação internacional na África. Neste sentido, congratulamo-nos mais ainda, com apreço os esforços que se desenvolveu justamente para aprofundar os laços estruturados com os organismos regionais, tais como a União Africana e suas estruturas, as Comunidades Económicas Regionais e o Banco Africano de desenvolvimento.

6. Acreditamos que as relações China-África promovem os interesses comuns dos dois povos e continuarão a manter a tendência de crescimento próspero evidenciado nos últimos 15 anos.

7. Com as Nações Unidas (ONU) assinalando o seu 70.º Aniversário, acreditamos que, para salvaguardar os resultados da vitória na 2.ª Guerra Mundial, a justiça e a equidade internacional é vital para a manutenção da paz mundial, a estabilidade e a prosperidade. Expressamos o nosso compromisso de rejeição resoluta de qualquer tentativa de deturpar os resultados da 2.ª Guerra Mundial. Ao mesmo tempo lembrando o flagelo das guerras, destacamos que é nosso dever comum para construir um futuro de paz e desenvolvimento.

8. Acreditamos que, com o desenvolvimento de um mundo caracterizado pela interdependência e conectividade sob a globalização e diversificação em vários níveis, os interesses dos países têm tornado indissociáveis, com um crescente sentimento de destino comum.

9. Podemos sublinhar mantendo os propósitos e os princípios da Carta da ONU, bem como a sua autoridade como a principal instituição nos assuntos internacionais.

Estamos empenhados em reforçar a cooperação, a coordenação e apoio entre os dois lados em organizações internacionais e em mecanismos multilaterais sobre questões regionais e internacionais de interesse comum, avançando conjuntamente a democracia e o Estado de direito nas relações internacionais, defendendo uma ordem equitativa justa e internacional, a fim de construir um mundo harmonioso de paz duradoura e de prosperidade comum.

10. Acreditamos que no meio de complexas e profundas mudanças globais, é preciso concretizar para garantir um sistema internacional de governança que seja justo, equitativo, representante e mais adequado para as realidades políticas do mundo, a fim de manter a paz, a estabilidade e a prosperidade.

11. Portanto, estamos comprometidos com os princípios do multilateralismo, embora se oponha a interferência nos assuntos internos de países e o uso ou ameaça de força nos assuntos internacionais.

Neste sentido, defendemos o estabelecimento de uma ordem internacional com a cooperação de ganha-ganha em seu núcleo para promover um desenvolvimento mais equitativo, justo e razoável e para salvaguardar e aumentar os direitos e interesses legítimos dos países em desenvolvimento.

12. Nós lutamos para defender os fundamentos da posição central da ONU e o papel nos assuntos internacionais, e reafirmar a necessidade de reforma da ONU. Neste sentido, reafirmamos que as injustiças históricas sofridas pelos países africanos devem ser desfeitas, e deve ser dada prioridade ao aumento da representação dos países africanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e outras agências.

13. Nós, além disso, ressaltamos a importância da África como um importante, forte, resistente e influente parceiro global e, apesar de ser um participante activo e de igual nos assuntos globais. Neste sentido, reconhecemos o papel crítico da União Africana na resolução de conflitos, prevenção e gestão e elogiamos os esforços dos países africanos, a União Africana e as Comunidades Económicas Regionais para resolver de forma independente os conflitos regionais e manter a paz e a estabilidade regional. Ressaltamos a importância da cooperação entre a ONU e a UA em conformidade com o Capítulo 8 da Carta das Nações Unidas e particularmente das Resoluções do CSNU de 1809 e 2033. Reiteramos que as crises e as disputas devem ser resolvidas pacificamente através de meios políticos e defender a doutrina da segurança comum, abrangente, cooperativo e sustentável.



14. Congratulamo-nos com a adopção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável como um plano de desenvolvimento universal, transformador e integrado. Continua a ser importante para os países desenvolvidos honrar os elogios feitos em relação a Agenda 2063, nomeadamente a Meta 17, bem como continuar a cumprir os seus compromissos actuais para garantir a plena implementação da Agenda.

15. Neste sentido, também chamamos a comunidade internacional a prestar maior atenção às questões de desenvolvimento, mostrar sinceridade política e dar prioridade ao apoio à resolução de dificuldades e desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos de África para atingir de forma independente desenvolvimento sustentável. Instamos os países desenvolvidos a honrar os seus compromissos para fornecer ajuda aos países em desenvolvimento, países Africanos, em particular, uma vez que acreditamos que o desequilíbrio Norte-Sul em desenvolvimento é um factor importante que dificulta a forte recuperação e crescimento sustentado da economia mundial.

16. Apoiamos o reforço da Cooperação Sul-Sul e estamos convencidos que a Cooperação China-África é uma manifestação deste modelo. Neste sentido, a China está empenhada em apoiar os esforços da África para implementar a Agenda 2063, o seu Plano de Execução dos Primeiros 10 Anos e NEPAD e acredita que são essenciais para a busca da paz, estabilidade, integração, crescimento e desenvolvimento da África.

17. Nós nos opomos ao proteccionismo comercial em todas as suas formas e somos a favor do avanço da Organização Mundial do Comércio (OMC), das Negociações da Rodada de Desenvolvimento de Doha e salvaguardar e desenvolver uma economia mundial aberta. Congratulamo-nos com a primeira realização da 10.<sup>a</sup> Conferência Ministerial da OMC em África, a ter lugar de 15 a 18 Dezembro de 2015, em Nairobi, Quênia, e enfatizamos a importância de uma reunião bem-sucedida em Nairobi que traz resultados tangíveis e significativos no desenvolvimento da agenda para Desenvolver os Países Menos Desenvolvidos.

18. Nós defendemos a reforma necessária do sistema financeiro internacional existente, e o estabelecimento de uma paz justa, sistema internacional equitativo, inclusivo e financeiramente ordenado. Devem ser feitos esforços para aumentar verdadeiramente a voz e a representação dos países em desenvolvimento, particularmente a China e os países Africanos nas instituições financeiras internacionais e no sistema monetário internacional, e reforçar o mandato das instituições financeiras internacionais no desenvolvimento e erradicação da pobreza, em um esforço para estreitar a lacuna Norte-Sul. Nesse sentido, saudamos a criação do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS, com a Sede em Xangai e do Centro Regional Africano na África do Sul, centrados no apoio ao desenvolvimento em África, em particular em projectos de desenvolvimento sustentável infraestruturas.

19. Nós iremos, em conformidade com os princípios da equidade e "responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades", apoiar a 21.<sup>a</sup> Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações do Clima para adoptar um protocolo, outro instrumento legal ou concordar com um resultado com força legal nos termos da Convenção, que fornece uma solução eficaz para a resposta global às alterações climáticas com meios de implementação exigidas pelos países em desenvolvimento. Afirmamos além disso, a importância de abordar a mitigação e a adaptação de forma equilibrada. A adaptação é igualmente uma responsabilidade global. Afirmamos profundamente que cumprindo o objectivo final da Convenção exigirá o fortalecimento do regime multilateral, baseado em regras e a aplicação urgente e sustentada dos compromissos assumidos no âmbito da Convenção, incluindo a entrada em vigor da Alteração de Doha do 2.<sup>o</sup> Período dos Compromisso do Protocolo de Quioto. Nós reconhecemos que a alteração climática está a agravar os desafios existentes na África e está a colocar uma grande pressão sobre os orçamentos nacionais e os esforços dos Estados Africanos para alcançar o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, o lado Africano reconhece a iniciativa da China em capitalizar o Fundo de Cooperação China Sul-Sul para apoiar os países africanos a combater as alterações climáticas, a seca e a desertificação



20. Estamos comprometidos com o caminho do desenvolvimento pacífico e a sua contribuição para a paz mundial, estabilidade e crescimento económico, e somos de opinião que a reestruturação económica e o progresso da China vai apoiar a África a avançar os seus próprios processos de industrialização e modernização.

21. O lado Africano reconhece e aprecia os principais esforços e contribuições feitas pela China como primeira resposta para prestar apoio emergencial face a doença do vírus Ébola aos países afectados.

22. Reafirmamos o nosso compromisso com a política de Uma China. Ambos os lados irão continuar a apoiar os esforços de cada um para salvaguardar os interesses da soberania nacional, segurança e desenvolvimento e para promover as causas da reunificação nacional e da integração regional, respectivamente.

23. Apoiamos os esforços eficazes da África para salvaguardar e manter a paz e a estabilidade regional, destinada a obter taxas de crescimento económico mais elevadas e promover a integração e a auto-suficiência. A China acredita que a África é uma força significativa de política, economia e cultura no mundo.

24. Acreditamos que as estratégias de desenvolvimento da China e da África são complementares e caracteriza-se por benefício mútuo, igualdade, transparência, inclusão, prestação de contas, e que demonstram possibilidades e oportunidades de solidariedade, apoio e respeito mútuo entre os países em desenvolvimento. Assim sendo, ambos os lados devem explorar e utilizar plenamente as suas vantagens comparativas para promover e melhorar de forma adicional esta cooperação mutuamente benéfica.

25. Nós declaramos solenemente que, aderindo aos princípios de sinceridade, resultados práticos, afinidade e boa-fé e os valores da amizade, justiça e interesses comuns, tanto a China e África estão comprometidos com a construção e desenvolvimento de parceria estratégica e cooperativa abrangente com igualdade política e mútua confiança, cooperação económica para resultados win-win, intercâmbio e aprendizagem mútua entre as civilizações chinesas e africanas, assistência mútua em assuntos de segurança e de solidariedade e cooperação nos assuntos internacionais. Com esta finalidade, iremos:

25.1 Continuar empenhados em tratar uns aos outros como iguais e reforçar a solidariedade e confiança mútua. Aumentar, melhorar e reforçar o diálogo e a cooperação entre os governos dos dois lados em todos os níveis; Respeitar os interesses fundamentais um do outro, acomodar cada preocupação e aspirações legítimas, consolidar consenso sobre as principais estratégias do outro; Promover o intercâmbio e a cooperação na execução judicial, direito e campos legislativos; Reforçar a cooperação da China com os países Africanos, a União Africana e suas estruturas, as Comunidades Económicas Regionais e do Banco Africano de Desenvolvimento para o avanço da agenda de integração regional, para salvaguardar a paz e a estabilidade em África e promover o desenvolvimento socioeconómico da África.

25.2 Aderir ao princípio de defender a justiça e promover interesses comuns e desenvolvimento comum. Prosseguir activamente a cooperação entre as nossas indústrias e desenvolver a capacidade industrial, promover conjuntamente o processo de industrialização e modernização agrícola em África; Concentrar-se em reforçar a cooperação em projectos de infraestrutura, incluindo, mas não limitado a ferrovias, rodovias, aviação regional, energia, abastecimento de água, informação e comunicação, aeroporto e portos, bem como cooperação para o desenvolvimento de recursos humanos e capacitação; Dar prioridade à promoção da cooperação mutuamente benéfica na agricultura e segurança alimentar, processamento e fabricação, recursos de energia, economia marítima, turismo, investimento, comércio, finanças, transferência de tecnologia e outros campos. Ressaltamos a importância de intensificar a cooperação em projectos relacionados com o beneficiamento na fonte, enquanto o reforço das capacidades técnicas e intelectuais; Aumentar a colaboração no desenvolvimento de capacidades de produção industriais e adição de valor através da criação de parques industriais e *clusters*, parques tecnológicos, zonas económicas especiais (ZEE) e centros de engenharia fornecendo formação para o pessoal e gestores de engenharia e técnicas; Explorar activamente as ligações entre as iniciativas de construção da Faixa Económica da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Séc. XXI e da integração económica e agenda para o desenvolvimento sustentável de África, e buscar mais oportunidades para promover o desenvolvimento comum e realizar os nossos sonhos comuns.



25.3 Promover a mútua aprendizagem e buscar o progresso harmonioso embora esforços mútuos. partilhar experiências para o desenvolvimento, aprofundar a cooperação em vários campos, como a ajuda ao desenvolvimento, cuidados médicos e saúde pública, educação, erradicação da pobreza, ciência e tecnologia e compartilhamento de conhecimento e de protecção ecológica e ambiental; reconhecer a importância da tecnologia em desenvolvimento e inovação na promoção do crescimento económico dos países africanos em áreas como a mineração e indústria extractiva, produtos farmacêuticos, tecnologia da informação e produtos químicos e petroquímicos, tanto na área de exploração e extracção de recursos naturais e no seu processamento; Fortalecer pessoa-a-pessoa e de intercâmbios culturais e de cooperação entre as duas partes e, em particular, reforçar o intercâmbio de cultura e arte, educação, desporto, turismo, imprensa e mídia, e entre o meio académico, grupos de reflexão, a juventude, as mulheres, os sindicatos e pessoas com deficiência, com vista a aprofundar a compreensão e a amizade entre os povos da China e da África.

25.4 Continuar a apoiar uns aos outros em matéria de segurança e manter a paz e a segurança. Continuamos empenhados em buscar a solução pacífica de controvérsias através do diálogo e consulta, e China apoia a África nos seus esforços para resolver os problemas africanos através de soluções africanas;

Implementar a "Iniciativa de Cooperação China-África de Parceria para a Paz e Segurança", apoiar a construção do mecanismo de segurança colectiva em África, e gerir conjuntamente questões não-tradicionais de segurança e os desafios globais, tais como, mas não limitados a, a segurança alimentar, a energia segurança, segurança cibernética, alterações climáticas, conservação da biodiversidade, as principais doenças transmissíveis e crimes transnacionais.

Nós condenamos firmemente o terrorismo em todas as suas formas e nos comprometemos a combinar os nossos esforços de forma coordenada e mais eficiente para lutar contra este flagelo que constitui uma ameaça global para a humanidade e os seus valores de paz e tolerância.

25.5 Inabalavelmente coordenar e cooperar uns com os outros e salvaguardar os nossos interesses comuns. Nas Nações Unidas, as instituições financeiras internacionais e outras organizações multilaterais, nós iremos reforçar a coordenação e cooperação em questões regionais e internacionais de interesse comum, e firmemente salvaguardar os interesses comuns da China, África e outros países em desenvolvimento. Os países Africanos apoiam de hospitalidade da China a Cimeira do G20, em 2016 e elogiam o compromisso da China para promover a cooperação entre o G20 e os países africanos. Neste contexto, agradecemos e boas-vindas a comunidade internacional, especialmente os países desenvolvidos, fazendo esforços activos e contribuir para a paz, desenvolvimento e prosperidade da África.

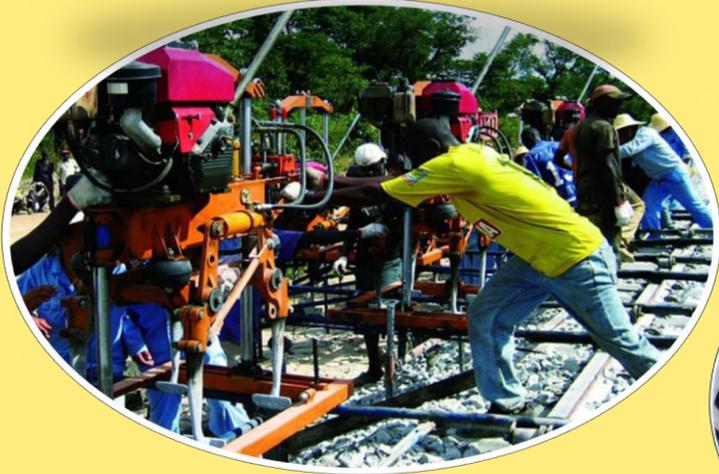
26. Congratulamo-nos com os resultados do 2.º Fórum Ministerial de Desenvolvimento da Saúde entre a China-África e do 5.º Fórum de Negócio China-África, realizada na África do Sul em vários momentos ao longo dos últimos três meses.

27. Louvamos os Ministros participantes da 6.ª Conferência Ministerial do Fórum de Cooperação China-África pelos seus esforços dedicados e excelente trabalho. Neste sentido, temos, no espírito da presente Declaração, aprovar o Plano de Acção de Joanesburgo (2016-2018) do Fórum de Cooperação China-África. Nós nos comprometemos a implementar o Plano de Acção de Joanesburgo e vamos trabalhar para garantir a sua execução bem-sucedida.

28. Expressamos a nossa profunda gratidão a S. Excia. Presidente Jacob Gedleyihlekisa Zuma da República da África do Sul, e S. Excia. Presidente Xi Jinping da República Popular da China, para co-presidir a Cimeira do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), Joanesburgo 2015.

29. Expressamos também a nossa profunda gratidão ao Governo e ao Povo da República da África do Sul pela sua generosa hospitalidade e excelentes instalações durante a Cimeira do Fórum de Cooperação China-África, Joanesburgo 2015.

30. A 7.ª Conferência Ministerial do FOCAC será realizada na República Popular da China em 2018.





## V. PROMESSAS DE CHINA PARA ÁFRICA: GRANDES INVESTIMENTOS

Em muitos países do mundo, as empresas chinesas de construção estão entre os maiores empregadores, levando a cabo grandes infraestruturas e outros projectos. Enquanto o ICM tem conhecimento e experiência de trabalho com as empresas multinacionais europeias, as empresas chinesas são para o ICM um desafio diferente. Neste contexto, não há tradição de diálogo social. O ICM não pode contar com o apoio e experiências das suas filiais no país de origem da multinacional e não existem Normas de Acordos Internacionais. Os Bancos de Desenvolvimento Multilaterais não estão envolvidos, então as suas directrizes de contratação pública não se aplicam directamente.

Foram realizadas campanhas nos sectores de trabalho das EMN Chinesas em todas as regiões. Os principais sucessos foram notados no Brasil, Chile, Panamá, Índia, Sérvia, Polónia, Gana, Namíbia, Quênia e Senegal.

O reaparecimento da China em África tem sido de interesse para muitos. O seu reaparecimento na África é visto como uma combinação de otimismo, preocupação e perplexidade. Há um intenso debate em torno deste ressurgimento, centrado em duas questões fundamentais: o que motiva o engajamento presente e quais são as suas implicações para o desenvolvimento da África? No entanto, muitos têm argumentado que o envolvimento é aparentemente uma intenção de repetir o que os países ocidentais fizeram há décadas atrás, quando eles exploraram os recursos africanos e governaram do mesmo modo. Os recentes interesses e investimentos económicos da China na África colocaram as suas relações bilaterais com a África sob escrutínio. Na verdade, os impactos das actividades económicas Chinesas estão a ser sentidos em muitas partes de África. As áreas de impactos incluem o Investimento Directo Estrangeiro (IDE), o financiamento para o desenvolvimento infraestrutural e aumentar os preços dos produtos africanos e a introdução de baixo preço de produtos de hardware electrónico e de telecomunicações.

### **Os Investimentos da China em África tornaram-se mais diversificados nos últimos anos**

Durante a sua visita à União Africana em 2014, O Primeiro-Ministro chinês, o Sr. Li Keqiang anunciou que a China espera alcançar os USD 400 bilhões em volume de comércio com a África e aumentar o seu Investimento Directo no continente, para USD 100 bilhões até 2020. Os investimentos da China servirão principalmente no desenvolvimento de infraestrutura e serem canalizados através de várias agências de crédito chinesas, incluindo o recém-criado Banco dos BRICS. Essa injeção de capital de investimento sustentado da China é obrigado a criar oportunidades em todos os sectores.

Enquanto o petróleo e a exploração mineira continuam a ser um foco importante, o Investimento Estrangeiro Directo chinês (IED) inundou em tudo, desde a fabricação de calçados ao processamento de alimentos. As empresas chinesas também têm feito grandes investimentos em infraestrutura Africanas, tendo como alvo os sectores principais, como telecomunicações, transportes, construção civil, centrais de energia, portos de tratamento de resíduos. Dada a dimensão do défice de infraestrutura da África, esses investimentos representam uma contribuição vital para o desenvolvimento do continente.

O que impulsiona a intensificação desse interesse é o reconhecimento pela China, de que o cenário económico na África mudou profundamente. Ao longo da última década e meia, grande parte da África tem tido um crescimento ininterrupto. Mesmo durante a crise económica mundial, a África revelou-se extremamente resistente, confundindo de igual forma os temores dos decisores políticos africanos e da comunidade internacional de doadores. Os investidores chineses têm sido muito rápidos do que as suas contrapartes em países desenvolvidos para reconhecer — e beneficiarem-se — deste bom desempenho económico.

A maior resistência económica da África não surgiu por acaso. Em grande parte, é resultado das reformas económicas duramente conquistadas. Ao longo das últimas duas décadas, os políticos africanos construíram uma base económica sólida. Entre outras medidas, liberalizaram as políticas comerciais, reduziram as barreiras de entrada para novos negócios, a privatização de muitas empresas estatais, e aumentaram a fiabilidade da infraestrutura crítica, como geração e distribuição de energia eléctrica. A grande escala de investimento a ter lugar agora, na África, não teria sido possível sem tais avanços políticos.

Os investidores chineses estão particularmente bem posicionados em tirar proveito do melhor ambiente económico em África. Uma típica Empresa Chinesa em operação é gerida por uma grande empresa estatal. Estes tendem a não ser as mais eficientes. Mas, têm uma grande vantagem competitiva: eles podem recorrer a crédito subsidiado pelo seu governo endinheirado, permitindo-lhes a concorrência de outras licitações para contratos africanos, não só com outros investidores estrangeiros, mas também com as próprias empresas africanas. Sejam quais forem as suas preocupações sobre a conduta dos investidores estrangeiros, muitos africanos reconhecem os benefícios da sua presença.

Do ponto de vista da África, o investimento chinês – especialmente em infraestrutura básicas – é mais do que bem-vinda. Estima-se que a África sofre um défice de USD 900 bilhões em infraestrutura: sem água potável, estradas para todos os climas, energia adequada e sistema de comunicação confiável, as economias africanas não podem prosperar. O foco da China em investimentos de infraestrutura básica irá lançar as bases para que as crianças sejam capazes de ir para a escola e as empresas ao comércio. Mas a chegada da China vai trazer desafios. Apesar da criação de empregos para muitas pessoas, existem lacunas nas empresas chinesas, como o pobre ambiente de práticas trabalhistas e a competição que trazem para as empresas indígenas. O crescimento dos investimentos chineses, enquanto a África agarra a oportunidade e, uma cooperação de ganhos mútuos irá proporcionar ganhos líquidos positivos para as economias africanas e para o povo nas próximas décadas.

As empresas chinesas precisam agir com responsabilidade, mesmo neste ambiente regulatório negligente. Mas, também é importante para os decisores políticos africanos em assumirem a responsabilidade de proteger os melhores interesses da sua própria sociedade. Entre outras coisas, estes decisores políticos africanos devem garantir que os contratos assinados pelos investidores estrangeiros incluam disposições destinadas a proteger o meio ambiente e a saúde dos trabalhadores africanos.





## VI. OS MAIORES PROJECTOS DA CHINA EM AFRICA

### 1. CHINA - FAZENDO A SUA MARCA NA ÁFRICA ORIENTAL

A África Oriental, que está prestes a se tornar a região de mais rápido crescimento do continente, está a se tornar num destino cada vez mais importante para a China. Além disso, a porta do Leste Africano e desenvolvimento ferroviário está sendo incluído como parte do novo conceito de uma "rota da seda marítima», o que resultará em uma crescente influência geopolítica dentro do Oceano Índico da China.

As últimas Perspectivas Económicas Africanas, apontam para o aumento do crescimento da África Oriental de 5% em 2013 para mais de 7%, em 2014. Prevê-se um desaceleramento para 5,6% em 2015 e um novo aceleração de 6,7% em 2016. Isso significa que vai se tornar numa região do continente de rápido crescimento.

O relatório afirma que a China, em particular, investiu cerca de USD 11,7 bilhões entre 2009 e 2014 em 129 projectos *greenfield*, criando cerca de 48 mil postos de trabalho. O relatório acrescenta que, em 2013-14, uma grande parte deste investimento (USD 4,3 bilhões) concentrados nos países produtores de petróleo e gás da região do Ocidente Africano, embora o capital chinês está a se diversificar em transportes, construção e roupas.

Mas a África Oriental também é o ponto central de grande parte do investimento do país. Em Maio, o Presidente Ismail Omar Djibouti Guelleh revelou que a China estava a tentar desenvolver uma base naval no porto de Obock no norte do estado Africano. Os relatórios indicam que o investimento chinês em projectos de infraestrutura para apoiar o litoral da Etiópia está avaliado em mais de USD 9 bilhões.



Também assinou-se um acordo no ano passado para investir numa nova linha ferroviária no Leste da África, que será executada de Mombaça a Nairobi e, eventualmente se estenderá para Uganda, Ruanda, Burundi e Sudão do Sul. A primeira etapa do projeto está estimada em mais de USD 3,8 bilhões.

É por isso que o Dr. Ross Anthony, Director interino do Centro de Estudos Chineses, explica que a África Oriental é importante para a China, como também é um meio de protecção das suas linhas de comunicação marítimas (SLOC), particularmente no que se refere ao Oriente Médio, onde a segurança energética é primordial.

“Além disso, o porto do Leste Africano e desenvolvimento ferroviário estão a ser incluídos como parte do novo conceito de uma “Rota da Seda Marítima”, o que resultará numa crescente influência geopolítica dentro do Oceano Índico”. O Professor Ji Guoxing do Centro de Estudos de Segurança Ásia-Pacífico baseada nos Estados Unidos disse numa declaração *on-line* que um SLOC é importante, como os países do mundo têm dependido da livre passagem de mercadorias através dos mares, e a maioria dos países da Ásia-Pacífico, com a sua estrutura económica orientada para a exportação, têm dependido mais ainda do transporte marítimo.

“Um fluxo ininterrupto de transporte é importante para a sobrevivência e prosperidade dos países da região”, acrescentou. As novas iniciativas da China – o “Cinto Económico ao longo da Rota da Seda” e a “Rota da Seda Marítima do Século XXI” – destinam-se a re-despertar e estabelecer a integração regional na Ásia, bem como impulsionar a globalização económica.

<http://www.businessmedialive.co.za/china-making-its-mark-in-east-africa/>





## 2. A MARCA DA CHINA NA ÁFRICA AUSTRAL

De acordo com a maior base de dados pública de financiamento do desenvolvimento da China em África, os pesquisadores afirmam que existem actualmente 3030 projectos activos em África. A China está a manifestar claramente o cumprimento dos compromissos assumidos em 2012, quando o então presidente Hu Jintao ofereceu USD 20 bilhões em empréstimos para os países africanos, duplicando a sua promessa anterior <http://china.aiddata.org>

Mas, com o país a lutar para permanecer no seu alto crescimento, este ano (2015), o Fórum de Cooperação China-África, que acontece em Dezembro na África do Sul será observado de perto para o quão ruim está o mal-estar. À frente de que, com base nas informações da base de dados e outras pesquisas, a *M&G Africa* procurou os maiores projectos de desenvolvimento de activos e negócios entre África e China, e que custa um mínimo de USD 1 bilhão:

PROJETO	DESCRIÇÃO	VALOR (US\$)
<b>Linha Ferroviária Costeira, Nigéria</b>	Em 2014, a China Railway Construction Corp., assinou um contrato no valor de quase USD 12 bilhões com a Nigéria para construir um caminho-de-ferro ao longo da costa oeste da nação Africana – O único maior contrato da China no exterior. O caminho-de-ferro ao longo do litoral vai estender-se para km 1402, ligando a capital económica da Nigéria, Lagos, no oeste com a cidade de Cabalar, no leste <a href="http://mgafrica.com/article">http://mgafrica.com/article</a>	\$12 bilhões
<b>Mini-Cidade, África do Sul</b>	O Grupo imobiliário chinês, Shanghai Zendai <a href="#">está a construir</a> uma mini-cidade de USD 7 biliões, nos arredores de Joanesburgo, num dos maiores negócios imobiliários feitos por uma empresa chinesa na África do Sul. A Investidora chinesa, Shanghai Zendai lidera o desenvolvimento de 1600 hectares, denominando-o de, o projeto <i>Modderfontein New City</i> .  Depois de concluído espera-se que se torna uma mini-cidade com mais de 100.000 residentes. De acordo com o fundador do projecto, o objectivo é transformar a mini-metrópole para uma "Nova York da África" <a href="http://mgafrica.com/article">http://mgafrica.com/article</a>	\$7 bilhões
<b>Empreendimento Conjunto entre Fundo Internacional da China e a Guiné, Guiné</b>	A 12 de Outubro de 2009, o Fundo Internacional Chinês (CIF) assinou um acordo com a Guiné para criar uma Companhia Conjunta de investimentos em projectos de desenvolvimento. O projeto é de USD 7 bilhões. O acordo concedeu à Guiné a participação de 25% na recém-criada Corporação de Desenvolvimento da Guiné (GDC). A CIF e a Sonangol (a empresa paraestatal que supervisiona a produção de petróleo e gás natural em Angola) iriam dividir as participações restantes. A CIF foi dada o direito de explorar os recursos minerais e energéticos Guineenses, inexplorados. Em troca, A CIF iria usar algumas das suas receitas para financiar projectos infraestruturais propostos pelo governo Guineense. Todo minério de ferro e minerais associados que cobre uma zona de km <sup>2</sup> 7,000 cairia agora, sob controlo chinês. No que respeita a bauxita e alumínio, mais de km <sup>2</sup> 10 000 foram atribuídas a GDC de Mineração, Petróleo e Gás nas regiões de Gaoual, Lélouma, Télimélé, Koundara e Labé. Também foi relatado que a parceria serviria para financiar projectos de energia hidroeléctrica.	\$7 bilhões
<b>Caminho-de-Ferro Chade-Sudão, Regional</b>	Em 2014, foi assinado um acordo de USD 5,6 bilhões entre a Corporação de Engenharia Civil da China e o Ministro dos Transportes do Chade para a construção de uma rede	\$5,6 bilhões



	ferroviária de km 1 344. A primeira fase vai ligar Abéché a André, na fronteira com o Sudão, e Moundou a Ngaoundéré na fronteira com os Camarões. A segunda fase vai ligar Moundou com N'Djamena e ligar a capital do Chade com as regiões fronteiriças. A terceira fase irá ligar a capital do Chade com Abéché e a quarta fase irá ligar Abéché com Nyala, Sudão.	
<b>Fábricas de Cimento, Regional</b>	Em 2015, a Dangote Cement assinou contratos no valor de USD 4,34 com a empresa Chinesa Sinoma International Engineering Co., para construir fábricas de cimento em toda a África, como expansão da maior empresa cotada da Nigéria. As usinas a serem construídas nos Camarões, Etiópia, Quênia, Mali, Níger, Nigéria, Senegal e Zâmbia, com outra no Nepal, iria acrescentar cerca de 25 milhões de toneladas à capacidade existente da empresa de cerca de 45 milhões de toneladas.	\$4,34 bilhões
<b>Capital para Contrato de Reconstrução Nacional, República do Congo</b>	A China assinou acordos com o Congo-Brazzaville para apresentá-los USD 1,225 bilhões para reconstruir partes de Brazzaville que foram destruídas por uma explosão mortal num paiol de munições em Março de 2012. O empréstimo tem um prazo de carência de cinco anos, 20 anos de maturidade, e 0,25% taxa de juro. A maior parte do financiamento será usado para reconstruir áreas arrasadas pelas explosões do 4 de Março em Mpila, a leste da cidade, USD 68 milhões será destinado ao desenvolvimento da rede de telecomunicações do Congo e outros USD 75 milhões foram destinados para a construção de uma estrada no norte do país.	\$1,23 bilhões
<b>Gasoduto Mtwara – Dar-Es-Salam, Tanzânia</b>	Em 2012, o Ministro Tanzaniano das Finanças, o Dr. William Mgimwa, e o Vice-Presidente do Banco ExIm, o Sr. Li Jun, assinaram um contrato de empréstimo de USD 1,2 bilhões, com uma maturidade de 33 anos e taxa de juros de 2%. O empréstimo financia o gasoduto, ligando o campo de gás de Mtwara a Dar-es-Salam. Antes de ter acesso as finanças, a Tanzânia assinou um contrato com três empresas chinesas de construção em julho de 2012. As condutas de gás terão mais de km 500 de comprimento e vai ajudar a impulsionar o fornecimento de energia à cidade capital	\$1,03 bilhões
<b>Contrato para Energia Térmica, Zimbabwe</b>	Em julho de 2015, a empresa do Zimbabwe, PER Lusulu Power, assinou um acordo de USD 1,1 bilhões com a China State Construction Engineering Corporation (CSCEC) para construir uma usina térmica de 600 mega watts, um passo que irá atenuar os cortes de energia no país.	\$1.1 bilhões
<b>Porto de Águas Profundas, Camarões</b>	Os Camarões assinaram um acordo com a China Harbor Engineering Company Ltd para o único porto de águas profundas do país, que pode acomodar os maiores navios de comércio intercontinentais. O valor do contrato para a primeira fase foi de USD 568 milhões, dos quais 85% foi fornecido como um empréstimo preferencial da China Export-Import Bank e 15% foram pagos pelo governo camaronês. Os custos de construção final estavam estimados em USD 1 bilhão.	\$1 bilhões
<b>Padrão de Linha Férrea de Bitola, Quênia</b>	Em fevereiro de 2015, começaram os trabalhos no maior investimento do Quênia em infraestrutura ferroviária, desde que ganhou independência da Grã-Bretanha em 1963. O Banco Export-Import da China financia 90% da ferrovia, cerca de USD 3,8 bilhões, que ligará Nairóbi à Mombaça, o maior porto da África Oriental. Está prevista para ser concluída até 2017. <a href="http://mgafrika.com/article">http://mgafrika.com/article</a>	\$3,4 bilhões



### 3. PROJECTO DE INFRAESTRUTURA DO SENEGAL

**Será que a EMN Chinesa vai receber a licitação para o Comboio Regional Expresso?**



Em 31 de Dezembro de 2015, o Presidente Macky Sall anunciou que em 2016, começará o trabalho das infraestruturas do Comboio Regional Expresso (TER) Dakar - Diamniadio - Aibd, que é o primeiro serviço ferroviário de alta velocidade do Senegal. O proponente felizardo será conhecido na próxima semana enquanto as obras poderiam começar em Agosto ou Setembro próximo. Este será o projecto mais caro já implementado pela APIX (Agencia de Promoção do Investimento e Grandes Projectos), que cai sob a Presidência e o Departamento de Transporte Ferroviário e do Desenvolvimento Rural. A empresa chinesa China Railway Construction Corporation (CRCC) é o licitante mais barato para as escavações e a colocação das faixas para a secção de 36 km de Dakar-Diamniadio. A CRCC está a cobrar 134 bilhões de Francos CFA, enquanto o consórcio composto pela Eiffage-France-Eiffage Senegal, CSE e a Yapi (uma empresa turca) propõe 274 bilhões de Francos CFA, que representa uma diferença de 140 bilhões de F CFA. O Comboio (TER) servirá 14 estações cuja construção foi concedida exclusivamente as empresas senegalesas (de acordo com uma promessa feita pelo Chefe de Estado) vai custar 28 bilhões de F CFA. O Comboio (TER) irá transportar até 115.000 passageiros por dia, de Dakar para o Aeroporto Internacional Blaise Diagne em menos de 45 minutos. Mas, a CRCC não tem uma boa imprensa. Todos os anos, a CRCC diz que vai colocar 1000 km de pista na China, mas ainda tem algumas deficiências. Na Argélia, a empresa está a se esforçar para construir uma auto-estrada de Km 1.216 de leste a oeste, no valor de USD 11,4 bilhões (aproximadamente 6000 bilhões de Francos CFA). As obras que começaram em 2006, deveriam estar concluídas em 2009. No México, o projecto do comboio de alta velocidade destinado a ligar as cidades do México à cidade industrial de Queretaro, estimado em USD 3,75 bilhões (mais de 1,875 bilhões de Franco CFA) foi concedida a CRCC e outras empresas mexicanas. O concurso foi cancelado em 2014 por causa de um escândalo financeiro. No Senegal, a CRCC é responsável por restaurar a parte Dakar - Kidira. Fora dos CFA F 450 bilhões que vai custar o projecto Dakar - Diamniadio - Aibd, as empresas europeias e/ou senegalesas receberão uma parte, no valor de mais de CFA F 310 bilhões. No que diz respeito as autoridades, eles prometem total transparência na adjudicação final destes contratos. Sessenta empresas participaram da licitação, e estamos a espera da resposta na próxima semana.



#### 4. NOVOS PROJECTOS DA CHINA NO MÉDIO ORIENTE

A Jordânia e a China na Quinta-feira, 10 de Setembro de 2015 anunciaram a assinatura de uma série de acordos de investimentos no valor de mais de USD 7 bilhões. Os acordos foram assinados à margem da Expo 2015 China-Estados Árabes, em Yinchuan, capital da região autônoma de Ningxia Hui, que foi inaugurada quinta-feira na presença de Sua Majestade o Rei Abdullah, que abriu o pavilhão da Jordânia.

Os acordos incluem um projecto de USD 1,7 bilhões para construir a primeira usina de óleo de xisto da Jordânia na área de Attarat, no sul do Reino, para produzir cerca de 900 MW de electricidade.

O acordo, assinado em Pequim, na quarta-feira na presença do Rei Abdullah, estipula que um consórcio de empresas chinesas e Al Lajjun Oil Shale da Jordânia vai construir a estação de energia no Southern Governorate de Karak, de acordo com o Comissário do Conselho de Investimento da Jordânia, Montaser Oklah.

Outro acordo importante foi um investimento de USD 2,8 bilhões para construir a rede ferroviária nacional, além de um acordo com a Hanergy Giant of China para construir uma usina de energia renovável 1.000 mega watts, a um custo de quase USD 1 bilhão, disse Oklah.



*O projeto de construção do Hospital Psiquiátrico de Al-Amal – Dubai, Emirados Árabes Unidos*



## VII. FÓRUM GLOBAL SOBRE AS EMN CHINESAS I

### FÓRUM GLOBAL SOBRE AS EMN CHINESAS I

*"Adoption d'un plan d'action mondial pour  
la création de syndicats dans les EMN chinoises"*

30 novembre – 1<sup>er</sup> décembre 2015

**Protea Parktonian Hotel 120 De Korte Street, Braamfontein**

#### Resumo

O ICM realizou o seu 1.º Fórum Global sobre as EMN Chinesas na mesma semana em que se realizava a Cimeira de Cooperação China-África para enviar uma mensagem clara de que o Trabalho Decente deve ser um elemento central nas relações económicas e empresas.

A Cimeira do Fórum de Cooperação China-África chegou e passou com muitas promessas optimistas, feitas pela China à África.

De facto a China comprometeu-se com um apoio financeiro à África de USD 60 mil milhões. Embora ambos os lados tivessem concordado em actualizar o novo tipo de mútua parceria estratégica e de cooperação solidária e global, e promover uma actualização abrangente da cooperação amigável de mútuos benefícios entre China-África, a ausência de vozes sindicais nestes acordos é uma grande preocupação.

A China é agora o maior parceiro comercial da África uma vez que o valor do comércio passou de cerca de USD 10 bilhões em 2000, para mais de USD 198 bilhões em 2012 e no ano passado foi projetado a atingir os USD 220 bilhões. Também foi discutido que seis das 10 principais empreiteiras do mundo são chinesas, na quais, os afiliados do ICM encontraram-os de Fiji ao Gana, do Paquistão ao Equador e da Namíbia até Zâmbia, Zimbabwe, Cazaquistão.

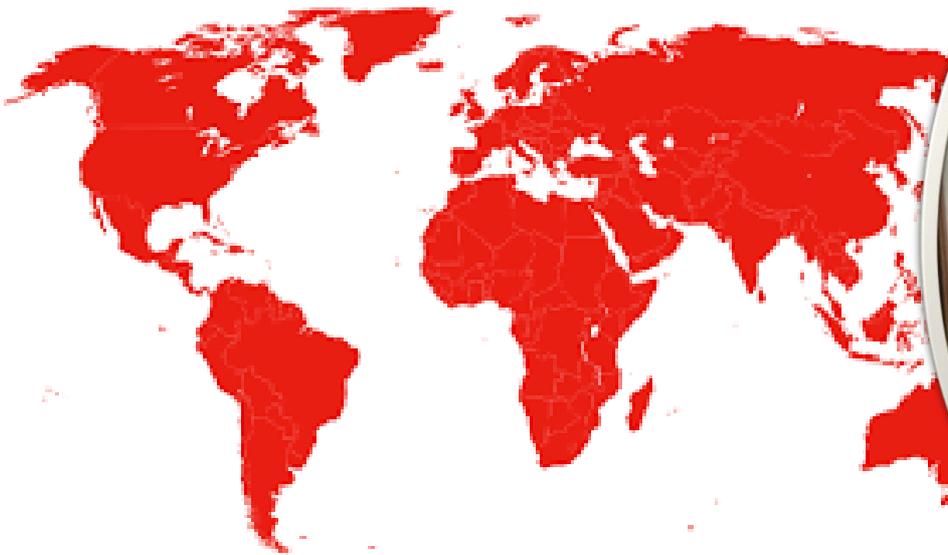
#### **O que significa isto para os trabalhadores e os trabalhadores pobres?**

O quadro global dos direitos dos trabalhadores nas EMN Chinesas permanece um desafio, como foi realçado pelos afiliados do ICM da Região da África, Médio Oriente, Ásia-Pacífico e Europa. Os parceiros do ICM e as organizações internacionais como a OIT, *International Rivers* e as Federações Sindicais Sul-Africanas, que compartilham experiências desde a 1.ª Conferência Global sobre as EMN Chinesas, que o ICM e seus afiliados têm pontuações de engajamento com as multinacionais chinesas entre outros, tem algumas vitórias, tendo resolvido problemas e disputas e mesmo assim, assinando acordos de negociação colectiva com algumas empresas. Mas, temos sobretudo uma imagem de "défices de trabalho decente", onde os direitos dos trabalhadores são violados, onde a segurança social não é incluída, a transferência de capacidades é limitada, os padrões de higiene e segurança são ignorados, os sindicatos estão divididos, e as leis trabalhistas nacionais são violadas.

O ICM e seus afiliados desenvolvem estratégias para envolver os governos e as EMN Chinesas para que ambos levem o trabalho decente e os direitos dos trabalhadores como um elemento central das suas decisões e acordos. O ICM afirma que não deve haver "exploração dos trabalhadores para o desenvolvimento"



## FÓRUM GLOBAL SOBRE AS EMN CHINESAS I: RELATÓRIO



Como um evento paralelo a Reunião do "Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) a ser realizado em Joanesburgo, África do Sul de 4 - 5 de Dezembro de 2015, o ICM para a Região da África e Médio Oriente organizou o Primeiro Fórum Global do ICM sobre as EMN Chinesas, no Hotel Parktonian em Braamfontein, de 30 de Novembro - 1.º de Dezembro de 2015, sob o tema: "Rumo ao Plano de Acção Global para os Sindicatos nas EMN Chinesas".

O Fórum reuniu 40 participantes de 22 países representando os sindicatos nos sectores do ICM da África e MENA, Ásia e Pacífico, Europa, funcionários do ICM de Genebra e da região e representantes da IndustriALL, líderes de Federações da África do Sul, COSATU, NACTU e FEDUSA, especialistas da OIT, formuladores de política e estratégia de ONG's, como a International Rivers e parceiros de Trabalho.

### **Os objectivos do Fórum foram:**

1. Os participantes devem ter conhecimento comparativo das operações e da situação dos sindicatos nas EMN Chinesas ao redor do mundo.
2. O público seja informado sobre os desafios e outras questões e preocupações relacionadas com trabalhadores nas EMN Chinesas, visto que a África do Sul vai sediar a Cimeira do Fórum de Cooperação China e África Cooperação (FOCAC).
3. O ICM avaliou o seu trabalho sobre as EMN Chinesas e elaborou um plano estratégico global para a organizar e engajar.

### **Observações de Abertura e Introdução**

A cerimónia de abertura do Fórum começou às 09:20 e foi presidida pelo Cda. Piet Matosa, Presidente da AFRECO e Presidente do Grupo de Trabalho do ICM sobre as EMN Chinesas e Moderado pela Cda. Crecentia Mofokeng, Representante Regional para África e Médio Oriente.

O primeiro orador, o Secretário-Geral da NACTU, o Cda. Moloto Narius, representando os afiliados do ICM na África do Sul deu Saudações calorosas a todos os participantes, em nome do Movimento Trabalhista da África do Sul. Ele destacou a importância do tema do encontro para os trabalhadores, não só em África, mas também para o resto do mundo. Ele afirmou que o movimento sindical não deve se comprometer quando os direitos dos trabalhadores são violados seja por uma empresa local ou qualquer outra empresa multinacional. Ele terminou, observando que a amizade entre a China e os países Africanos não deve ser em desvantagem dos trabalhadores.

Nas suas observações de abertura do Grupo de Trabalho do ICM sobre as EMN Chinesas, o Presidente Piet Matosa reconheceu a presença de distintas personalidades no primeiro Fórum



Global sobre as EMN Chines, relativamente a história do envolvimento do ICM nas EMN Chinesas.

Quando a África começou a ter experiências de lutas contra as Empresas Multinacionais Chinesas e abordar a questão na agenda do Conselho Mundial do ICM, pensamos que fosse somente em África que estavam a enfrentar desafios na luta contra as Empresas Multinacionais Chinesas. Ele disse que este encontro vai nos mostrar que a luta contra as Empresas Multinacionais Chinesas tornou-se uma agenda global; Há problemas em todos os lugares do mundo porque as Multinacionais Chinesas estão a ganhar as licitações de grandes projectos de infraestruturas a nível global.

Para o Sr. Piet Matosa, como nos reunimos na África do Sul, justamente uma semana antes do início da FOCAC, o ICM deseja enviar uma mensagem clara para os governos africanos que, como eles lidam com a China, o Trabalho Decente e os Direitos dos Trabalhadores devem ser topo na lista da agenda das discussões da FOCAC 2015.

Ao desejar debates e deliberações animadas durante os dois dias, o Presidente mostrou-se esperançoso que os participantes trocariam as melhores práticas dos diferentes países e desenvolveriam uma acção orientada para o Plano Estratégico Global em organizar as Empresas Multinacionais Chinesas, cujos resultados seriam revistos no Congresso Global do ICM, em Durban 2017. Após estas pequenas observações, ele declarou o Fórum Global do ICM sobre EMN Chinesas oficialmente aberto.

Após a sessão de abertura a Cda. Crecentia Mofokeng apresentou a Agenda do Fórum aos participantes com foco sobre os principais objectivos e resultados esperados.

### **Painel 1 Multinacionais Chinesas como Actor das Relações Económicas e Laborais: Potencialidades e Desafios**

O primeiro painel do Fórum foi o mais técnico, onde os peritos de Trabalho da OIT e especialistas relevantes da International Rivers e do ICM, abordaram os participantes através das ferramentas existentes, estatísticas, política e estratégias desenvolvidas pela OIT, ONG e ICM para apoiar os sindicatos a nível Global, Regional e Nacionais para enfrentar os desafios causados pelo investimento da China em África e no resto do globo.

Sra. Inviolata Chinyangarara, especialista sénior: Actividades dos trabalhadores pela OIT/ Equipa de Trabalho Decente, apresentou em **Declaração Tripartida sobre os Princípios das Empresas Multinacionais e a Política Social (Declaração das Empresas Multinacionais): Relevância, Desafios e Perspectivas para sua PLENA Execução nas EMN Chinesas e nas Cadeias de Fornecimento**

Através deste tópico, a Sra. Inviolata delineou 5 questões importantes para os sindicatos levarem em conta ao engajarem as EMN Chinesas:

- A ascensão do investimento chinês globalmente e em África;
- Declaração da OIT sobre as Empresas Multinacionais, Normas Internacionais do Trabalho (ILS) e a Agenda de Trabalho Decente
- Ratificações das Normas Internacionais do Trabalho (ILS) para a China e as Leis Laborais de 2008 na China
- Formas de Funcionamento das EMN Chinesas
- Como os afiliados do ICM podem usar a Declaração das Empresas Multinacionais a nível Global, Regional, Nacional e a nível de Empresa.

A Sra. Inviolata terminou a sua apresentação propondo o ponto sobre as acções concretas que o ICM e os afiliados devem comprometer-se a nível global, regional, nacional e corporativo.



Os segundo orador do Painel 1, Sra. Rudo Sanyanga, Directora do Programa para a África da International Rivers, compartilhou as **Lições sobre a Política Chinesa para Financiar Investimentos em África**

A Sra. Rudo começou por apresentar a International Rivers, que foi formada em 1985 com os objectivos de:

- Proteger os rios e as comunidades que delas dependem
- Fazer campanha contra barragens destrutivas e promover soluções de água e energia para um mundo justo e sustentável

Em seguida, ela observou que as empresas chinesas e os bancos são construtores da barragens a nível global: Natureza dos projectos tendem a estar concentradas em petróleo, extracção mineral, grandes infraestruturas tais como barragens hidroeléctricas e agricultura.

As Empresas chinesas de construção de barragens têm agora cerca de 50-60% do mercado de construção de barragens do mundo. Mais de 300 projectos em 70 países; Sudeste Asiático, Sul da Ásia (principalmente Paquistão e Nepal), África (40), América Latina e Europa Oriental.

**Problemas:** Os projectos associados a degradação ambiental e conflitos sociais (principalmente direitos e condições de trabalho).

Depois de algumas averiguações sobre o estudo de análise comparativa e algumas lições aprendidas dos projectos de barragens Rudo Sanyanga terminou a sua comunicação com algumas recomendações políticas que poderiam apoiar os Governos e as Organizações da Sociedade Civil, como sindicatos para extinguir o dano de investimento da China no ambiente, trabalhadores e comunidades.

A Sra. Jin Sook Lee, Directora de Campanha Global do ICM, apresentou a **Campanha Global do ICM sobre**

### **O Direito dos Trabalhadores na EMN Chinesas.**

Ela começou por destacar que:

- As Projecções Global da Potências Económicas de 2010 a 2050 onde a China é sempre classificada como número um ou número dois,
- A Perspectiva Global para a Construção, na qual mostra que a indústria de construção deve crescer de USD 7,2 trilhões em 2012 para 10 trilhões até 2020
- O Maior Mercado de Construção em 2020, onde a China está a liderar os 15 Maiores Mercados de Construção com 21%, seguido dos EUA, com 15% e 7% para a Índia
- A Contribuição para o Crescimento Global da Construção também liderado pela China com 28% a frente dos EUA com 16% e 10% para a Índia
- Nas 11 maiores Empresas de Construção para 2015, 6 são Chineses, incluindo as 3 primeiras.

Em seguida, a Directora de Campanha Global do ICM declarou como o ICM é uma organização justa ao organizar as EMN Chinesas.

O ICM tem 6 etapas para organização das EMN Chinesas:

1. Inicialmente, passo I liderado pela África e a Região da MENA.
2. Principais área de discussão na Conferência Global do ICM sobre as EMN, em Madrid (Outubro de 2011)
3. Mapeamento Global Chines
  - Publicação: Grande passo em frente
  - Pesquisa sobre Estudos de Casos
4. Resolução no Congresso Mundial do ICM (Dezembro de 2103, em Banguécoque)
5. Grupo Ad Hoc de Trabalho sobre as EMN Chinesas
6. Desenvolvimento de Campanha Sino hydro



## **Painel 2 O Papel das Federações da África do Sul no sentido de Garantir as EMN Chinesas a Respeitarem os Direitos dos Trabalhadores**

No Painel 2, moderado pelo Sr. Jeremias Timana do SINTICIM-Moçambique, os representantes das Federações Sindicais da África do Sul, COSATU, NACTU e FEDUSA demonstraram o seu papel e contribuição no sentido de garantir o respeito dos direitos dos trabalhadores, independentemente da origem das EMN's.

As 3 federações reconheceram que, organizar as EMN Chinesas é um desafio para os seus membros dos sindicatos do ramo da indústria, mas a luta não deve se concentrar apenas nas empresas chinesas.

Joseph Maqhekeni, Presidente da NACTU compartilhou a experiência da sua federação que aberta para discussões de alto nível e reuniões com o governo da África do Sul sobre a questão sobre as multinacionais chinesas. Ele também representou a África do Sul na Reunião de assuntos Laborais dos BRICS, onde os sindicatos estão a envolver os seus governos para garantir melhores condições de trabalho ao assinarem qualquer acordo com qualquer parceiro.

Como representantes do único país dos BRICS na África, os participantes do Fórum exortaram as Federações a desempenhar um papel preponderante para a protecção dos direitos dos trabalhadores em EMN's originárias dos países dos BRICS.

*Antes de irmos para o almoço foi feita uma fotografia em grupo para a posteridade*

## **Painel 3 ICM e as EMN Chinesas pela África**

O terceiro Painel do dia, depois do almoço foi um *talk-show* moderado pelo Secretário da Educação do ICM com a participação de dirigentes sindicais experientes do Zimbabwe, Gana, Uganda e Namíbia.

Nesta sessão é evidente que, apesar dos desafios dos afiliados do ICM foram capazes de organizar cerca de 30 EMN Chinesas no Gana, a nível de empresa e assinaram acordos a nível nacional, 7 EMN Chinesas foram organizadas na Namíbia com CBA's em negociação, 18 EMN Chinesas organizadas no Uganda com 1 CBA com a Sino-Hidro. 20 EMN Chinesas que operam na Etiópia com 3 CBA's assinados no sector de cimento. Pelo menos 1 EMN Chinesa está organizada na Nigéria, Quênia, Tanzânia, Zimbabwe, Moçambique e Togo

As estratégias de organização diferem de um país para o outro e o conteúdo das CBA's estão relacionadas a:

- Liberdade de associação
- Questões da SST
- Salários
- Condições de trabalho
- Protecção social
- Horas de trabalho
- Transporte
- Bonos para almoço

## **Painel 4 ICM e as EMN Chinesas na Europa, Ásia e América Latina**

O último painel do dia foi moderado pelo Sr. Joe Macharia, do Sindicato de Construção do Quênia, ele mostrou-nos que a organização em EMN Chinesas não é um desafio apenas para os sindicatos da África e Oriente Médio, mas também para todos os afiliados do ICM noutras regiões.

Da região da Europa, Sr. Pavel Trendafilov, Presidente da TUCEICPRM da Macedónia compartilhou a experiência do seu sindicato que é o primeiro na Europa a assinar um MoU



com a Sino Hydro, uma EMN Chinesa. Apesar dos desafios que o sindicato tem-se deparado para obter este MoU numa sub-região onde todos os governos da Europa Oriental foram convidados pelo Presidente chinês para a China, para oportunidades de investimento.

As EMN Chinesas têm más práticas, como trazer força de trabalho expatriada, onde o pessoal local pode fazer o trabalho. As experiências foram todas quase semelhantes da situação em alguns países africanos.

Sr. Edward Miller, relator para a Ásia-Pacífico destacou o surgimento de investimento chinês na região, que tomar outro desenvolvimento ocidental tradicional.

O estudo comparativo com as instituições financeiras tradicionais confirmou as estatísticas e as projecções apresentadas por Jin Sook de Manhã sobre o papel da China no Mercado Global da Construção.

Na ausência do Representante da América Latina, o Secretário de Educação, o Sr. Tos Añonuevo compartilhou a experiência da América Latina no painel com o aumento do Investimento chinês nos Sectores de Infraestrutura e Energia.

As principais observações após o debate foram que existiam semelhanças nos desafios e experiências das organização em toda a região. Há uma necessidade de encontrar em conjunto melhores políticas e estratégia para envolver as EMN Chinesas em todos os níveis. As projecções mostram que a influência no nosso sector está a aumentar de modo que os sindicatos precisam encontrar novas estratégias para enfrentar a nova situação.

O segundo dia do fórum foi uma sessão estratégica sobre as realizações sub-regionais e o caminho a seguir para as EMN Chinesas a nível global, regional, nacional e de Empresa. Os resultados para as realizações estão expostos em tabelas na próxima página, e os relativos ao **Plano de Acção Global sobre BWI multinacionais chinesas** seguem-se nos resultados de 2016.



*Os participantes do Fórum Global sobre as multinacionais chinesas*

**Secção 4: Actividades do Projecto****FÓRUM GLOBAL SOBRE AS EMN CHINESAS**

"Rumo ao Plano de Acção Global para os Sindicatos nas EMN Chinesas".

30 de Novembro – 1.º de Dezembro, 2015

Sessão de Planeamento Estratégico (Divisão por Grupos Sub-Regionais)

**REGIÃO: ÁFRICA****Estudo de Referência****A. Referência por País**

País	Nome do Sindicato	Número da Companhias Organizadas	Total do Número de Membros nas EMN Chinesas	Número de CBA's ou quaisquer Acordos Assinados (Indicar se for Nacional, Sectorial ou PLA)	Número de Greves realizadas
1. Namíbia	MANWU	7	1,605	1X Sector de Construção 2x PLA	8
2. Moçambique	SINTICIM	5	1,599	N/A	3
3. África do Sul	CEPPWAWU	1	200	N/A	0
4. Zimbábwe	ZCATWU	8	1,371	2 CBA a Nível Nacional	2
5. Zâmbia	NUBEGW	6	1,850	5X CBA Nacionais 1 CBA Sectorial	1
6. Quénia	Kenya Building	24	13,000	9	30
7. Tanzânia	TUICO	8	769	2	1
8. Uganda	Uganda Building	18	4,850	2	1



<b>9. Etiópia</b>	Ethiopia Construction	6	1,025	3	1
<b>10. Togo</b>	FTBC	2	408	2	2
<b>11. Gana</b>	CBMWU	30	1,482	30	0
<b>12. Nigéria</b>	NUCECFWW	7	17,735	3	1
<b>TOTAL</b>		<b>122</b>	<b>45,894</b>	<b>62</b>	<b>50</b>

**B. Estudo de Referência das Empresas de Topo como Alvo (preencha se for aplicável)**

Empresa	Sub-Região/ País	Número Total da Força de Trabalho	Número de Trabalhadore s Organizados	Número de CBA's	Violações dos Direitos dos Trabalhadores e outras Questões Laborais
<b>Empresa Estatal de Engenharia de Construção da China</b>	Namíbia	240	232	1	
	Quênia	3,000	1,500	1	
	Gana	365	365	1	
<b>China Communication Construction</b>	Namíbia	150	32	1	Não há respeito com os Acordo Nacional de Construção e com os Padrões, Violações de SST, Longas horas de trabalho, Desrespeito das competências dos trabalhadores Locais. Não há transferência de competências
	África Oriental	5,460	1,700	1	
<b>Grupo China Railway</b>	Quênia e Etiópia	3,200	890	1	
	Gana	456	456	1	



<b>Grupo China Railway</b>					
<b>Empresa Metalúrgica da China</b>	Etiópia	500	0	0	
<b>Grupo Sino Hydro</b>	Zimbabwe, Zâmbia	429 1,740	229 351	2 Nacionais	Baixos salários, Violações de SST, Longas horas de trabalho, Assédio Sexual,
	Namíbia	800	730	1 Empresa	Desrespeito das competências dos trabalhadores Locais. Não há transferência de competências
	África Oriental	8,900	3,382	1 Nac. 1 PLA 2	
	Gana	250	250	África Oriental, 1 Gana	
<b>China Road and Bridge Corporation</b>	Moçambique	950	700	Em Processo	Baixos salários, Violações de SST, Longas horas de trabalho, Desrespeito das competências dos trabalhadores Locais.
	África Oriental	8,900	6,500	2 na África Oriental	

### O Caminho a Seguir

Ao olharmos para o 4.º Congresso Mundial do ICM, que será realizado em Dezembro de 2017 na África do Sul, o que observas quanto aos próximos passos (acções, iniciativas ou actividades) dos ICM e do envolvimento dos afiliados, para as Empresas Multinacionais de Construção Chinesa nos seguintes níveis:

Níveis	Organizar	Negociar	Influenciar	Outros
<b>Nacional</b>	Centros nacionais para realizar pesquisas, coordenar, criar estratégias e Implementação pelos afiliados.	-Uso das estruturas tripartidas.	Campanhas, inclusive de todas as partes interessadas.	Formação de alianças com diferentes partes interessadas, tais como os organismos da sociedade civil.



				Solidariedade entre as partes interessadas.
<b>Sub-Regional</b>	<p>Os organismos sub-regionais e a FSI deve apoiar - Actividades de capacitação que irão promover a organização das EMN Chinesas.</p> <p>Trabalhar em rede e partilhar as melhores práticas entre os afiliados e entre os diferentes Sectores.</p>	<p>Mandato dos organismos sub-regionais no avanço das nossas posições como uma sub-região sobre as EMN Chinesas.</p>	<p>Influenciar juntamente com organismos sub-regionais para avançar a nossa posição sobre as EMN Chinesas.</p> <p>-Mandatar a África do Sul (como membro dos BRICS) para fazer avançar a nossa posição sobre as EMN Chinesas.</p>	
<b>Regional</b>	<p>Organismos regionais, a OIT e FSI devem apoiar - Actividades de capacitação que irão promover a organização das EMN Chinesas.</p> <p>Trabalhar em rede e partilhar as melhores práticas entre os afiliados e entre os diferentes Sectores.</p>	<p>Mandatar os organismos Regionais no avanço das nossas posições como uma sub-região sobre as EMN Chinesas.</p>	<p>Influenciar juntamente com organismos Regionais para avançar a nossa posição sobre as EMN Chinesas.</p>	Rede Anual sobre as EMN Chinesas
<b>Global</b>	<p>A FSI deve apoiar - Actividades de capacitação que irão promover a organização das EMN Chinesas.</p> <p>Trabalhar em rede e partilhar as melhores práticas entre os afiliados e entre os diferentes Sectores.</p>	<p>Mandatar os organismos globais no avanço das nossas posições como uma sub-região sobre as EMN Chinesas.</p>	<p>-Aumentar a sensibilização.</p> <p>- Influenciar com os órgãos Globais tais como CSI OCDE, OIT, G20 e os BRICS para avançar a nossa posição sobre as EMN Chinesas.</p>	

**REGIÃO: ASIA-PACÍFICO****Estudo de Referência****C. Referência por País**

País	Nome do Sindicato	Número da Companhias Organizadas	Total do Número de Membros nas EMN Chinesas	Número de CBA's ou quaisquer Acordos Assinados (Indicar se for Nacional, Sectorial ou PLA)	Número de Greves realizadas
13. Paquistão	PFBWW/ALU	1 - Sinohydro	1700, aproximadamente um terço da força de trabalho	1	1, com outra proposta mas cancelado depois de se saber as exigências
14. Camboja	BWTUC	1 - China HydroLancang			
15. Fidji	CETWU	1 - Sinohydro			

**D. Estudo de Referência das Empresas de Topo como Alvo**

Empresa	Sub-Região/ País	Número Total da Força de Trabalho	Número de Trabalhadores Organizados	Número de CBA's	Violações dos Direitos dos Trabalhadores e outras Questões Laborais
Empresa Estatal de Engenharia de Construção da China					
China Communication Construction					
Grupo China Railway					
China Railway Construction					



<b>Empresa Metalúrgica da China</b>					
<b>Grupo Sinohydro</b>	Paquistão	~5000	1700	1	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ O salário mínimo não existe</li> <li>▶ As horas extras não são remuneradas (computação imprópria de pagamento de horas extras e férias)</li> <li>▶ Sem provisões para a saúde e segurança</li> <li>▶ Não há instalações de bem-estar (água potável, áreas de descanso, latrinas, salas de oração) ou serviço de transporte (mais recente para trabalhadores do turno da noite)</li> <li>▶ Assédio de líderes e membros do sindicato</li> <li>▶ Rescisão dos membros da ALU sem motivo válido ou devido processo legal</li> </ul>
	- Fidji	Projecto concluído			

### O Caminho a Seguir

Ao olharmos para o 4.º Congresso Mundial do ICM, que será realizado em Dezembro de 2017 na África do Sul, o que observas quanto aos próximos passos (acções, iniciativas ou actividades) dos ICM e do envolvimento dos afiliados, para as Empresas Multinacionais de Construção Chinesa nos seguintes níveis:

Níveis	Organizar	Negociar	Influenciar	Outros
Nacional				
Sub-Regional				
Regional			Usar os afiliadas globais nos países com acções no <i>Asia Infrastructure Investment Bank</i> para impulsionar políticas e mecanismos equivalentes as existentes na OIT e as normas de responsabilização do Banco Mundial (ver outro documento)	Mapa completo do impacto das EMN Chinesas na Ásia
Global				

**SUB-REGIÃO: SUDESTE DA EUROPA (MACEDÓNIA)****Estudo de Referência****E. Referência por País**

País	Nome do Sindicato	Número da Companhias Organizadas	Total do Número de Membros nas EMN Chinesas	Número de CBA's ou quaisquer Acordos Assinados (Indicar se for Nacional, Sectorial ou PLA)	Número de Greves realizadas
<b>16. Macedónia</b> <b>2 Auto-estradas e anúncio de dois novos projectos em 2016</b>	SGIP	Nenhum, mas a organização está em curso com a contratante principal e em cada 3 dos 5 trabalhadores subcontratados estão organizados	Alvo de 150 na Sino-Hidro, mas ainda não estão organizados.  Dos 1,800 trabalhadores empregados sob subcontrato 1,500 são membros do sindicato  5 EMN Chinesas são esperadas para obter novos contratos	Memorando de entendimento com o contratante principal e 5 subcontratantes  CBA's foram assinadas com 2 empresas subcontratadas (GIM e Beton – abrangendo 1.300, mas 600 trabalhadores trabalham directamente no projecto)	nenhum
<b>17. Montenegro</b> <b>(Auto-estrada Bar – Boljare)</b>	SGIGMCG	Nenhum, as obras iniciaram em Maio de 2015	A divulgação aos trabalhadores começou	Nenhum, mas no Sindicato está em conversações com o governo e a começaram reuniões com CCCC e CRBC	nenhum
<b>18. Servia</b> <b>Ljig – Kraljevo-Uzice</b>	SGIGM, ATURMW	Obras começaram em 2014	nenhum,  Mas alguns subcontratantes	nenhum  Mas alguns subcontratantes	

**F. Referência das Principais Empresas como Alvo**

Empresa	Sub-Região/ País	Número Total da Força de Trabalho	Número de Trabalhadores Organizados	Número de CBA's	Violações dos Direitos dos Trabalhadores e outras Questões Laborais
Empresa Estatal de Engenharia de Construção da China					
China Communication Construction	CCCC Montenegro				
Grupo China Railwa					
China Railway Construction					
Empresa Metalúrgica da China					
Grupo Sinohydr	Macedónia				
China Road and Bridge Corporation	CRBC Montenegro				
Grupo Shandong Hi-Speed	Servia				

**O Caminho a Seguir**

Ao olharmos para o 4.º Congresso Mundial do ICM, que será realizado em Dezembro de 2017 na África do Sul, o que podemos observar quanto aos próximos passos (acções, iniciativas ou actividades) dos ICM e do envolvimento dos afiliados, para as Empresas Multinacionais de Construção Chinesa nos seguintes níveis:



Níveis	Organizar	Negociar	Influenciar	Outros
<b>Nacional</b>	Recrutamento de trabalhadores na Sino-Hidro e 2 subcontratados (um da Macedónia e um da Albânia)	Iniciar o processo de negociação coletiva com a Sino-Hidro	Políticas de influência sobre os contratos e acordos bilaterais com investidores chineses e as EMN Chinesas	Continuação da formação em SST no projecto e na educação dos trabalhadores sobre os seus direitos de trabalhadores, bem como a divulgação de informações
<b>Sub-Regional</b>	Promoção de experiências positivas na organização das EMN Chinesas através do ICM – rede (primeira etapa, apoio para o SGIGMCG em Montenegro)	Compartilhamento de informações e experiências sobre boas práticas na aplicação da legislação nacional e CBA's pelas EMN Chinesas – troca de CBA's	Abordagem conjunta de todos sindicatos da SEE aos seus governos relativos à protecção social e laboral dos direitos e inclusão em investimentos chineses - contratos, transparência, inclusão das empresas de construção locais com CBA's e representação sindical	Dia de acção conjunta na realização dos direitos dos trabalhadores em investimentos chineses – os mesmos direitos de trabalhadores em diferentes países
<b>Regional</b>	Desenvolver uma base de dados dos ganhos do Sindicato em toda região sobre as EMN Chinesas que esteja disponível para todos os afiliados do ICM	O ICM deve estimular as EMN Chinesas seleccionadas para negociar CBA's ou/ e outros acordos que levariam ao reconhecimento sindical	O ICM deve abordar os governos na Europa, quando necessário, para incluir os direitos dos trabalhadores em investimentos chineses e as EMN Chinesas	
<b>Global</b>	Criação de uma rede de organizadores em EMN Chinesas	Iniciar Acordos-Quadro com as EMN Chinesas seleccionadas	Iniciar um diálogo com o Governo Chinês sobre os direitos dos trabalhadores nas EMN Chinesas	



## ANÁLISE ESTATÍSTICA PARA A ASSOCIAÇÃO E ACORDOS COLETIVOS EM 2016

## ORGANIZAR OS TRABALHADORES E CBA'S NAS EMN CHINESAS: REGIÃO DA ÁFRICA

## Estudo de Referência

## G. Referência por País

País	Nome do Sindicato	Número da Companhias Organizadas	Total do Número de Membros nas EMN Chinesas	Número de CBA's ou quaisquer Acordos Assinados (Indicar se for Nacional, Sectorial ou PLA)	Número de Greves realizadas
19.Namíbia	MANWU	5	383	1X Sector de Construção Nacional 2X Acordos a Nível da Planta	8
20.Moçambique	SINTICIM	4	863	N/A	3
21.Zimbabwe	CLAWUZ	1	190	1X CBA a Nível Nacional	0
22.Zimbabwe	ZCATWU	14	893	1X CBA a Nível Nacional	2
23.Zâmbia	NUBEGW	10	910	CBA a Nível do Sector 2X CBA's a Nível de Empresa	1
24.Quénia	Kenya Building	16	13,637	14	30
25.Tanzânia	TUICO	12	1,091	3X CBA's e 4 Acordos Reconhecidos	5
26.Uganda	Uganda Building	18	4,850	2	1
27.Etiópia	Ethiopia Construction	6	1,025	3	1



<b>28.Togo</b>	FTBC	5	636	3	8
<b>29.Gana</b>	CBMWU	30	1,482	30	5
<b>30.Nigéria</b>	NUCECFWW	8	4,150	6	2
<b>31.Nigéria</b>	CCESSA	8	90	1X CBA a Nível Nacional 1X CBA a Nível de Sector	
<b>TOTAL</b>		<b>137</b>	<b>30,200</b>	<b>74</b>	<b>66</b>

### ANÁLISE DA ADESÃO E CBA'S PARA 2016

Ao olharmos para o 4.<sup>o</sup> Congresso Mundial do ICM, que será realizado em Dezembro de 2017 na África do Sul, o que observas quanto aos próximos passos (acções, iniciativas ou actividades) dos ICM e do envolvimento dos afiliados, para as Empresas Multinacionais de Construção Chinesa nos seguintes níveis:

Enquanto os sindicatos reduziram a associação em 2016 comparado a 2015, eles podem ser recomendados para o aumento do número de CBA's e greves que foram realizadas. No entanto, o encerramento ou a conclusão de projectos em algumas áreas é uma razão pela diminuição da adesão. Por outro lado, a situação também fez piorar as divisões no movimento sindical com vários sindicatos dissidentes a serem formados. As pequenas diferenças pessoais e disputas entre os dirigentes sindicais com as federações sindicais, incapazes de se unir.



## VIII. PLANO DE ACÇÃO GLOBAL DO ICM SOBRE AS EMN

### Plano Estratégico 2014-2017 do ICM

As EMN Chinesas são o principal foco do ICM em 2016. O Plano Estratégico do ICM é parte integrante do Projecto de Organização dos trabalhadores nas MNC's e da Organização dos trabalhadores nos Projectos de Infraestruturas que se encontram nos pilares dos Sindicatos



www.bwint.org

#### Sindicatos

- Organizar os trabalhadores nas MNC's
- Organizar trabalhadores em projectos de Infraestruturas
- Promover a Certificação Florestal
- Campanhas Globais de Desporto

#### Empregos

- SST
- Campanhas contra o trabalho precário
- Combater a exploração ilegal da madeira

#### Direitos

- Campanha de defesa dos Direitos Sindicais
- Campanha Global pelos dos Direitos dos trabalhadores migrantes
- Promover igualdade de género e emprego da Juventude.

### Resultados e Realizações Esperadas para 2016



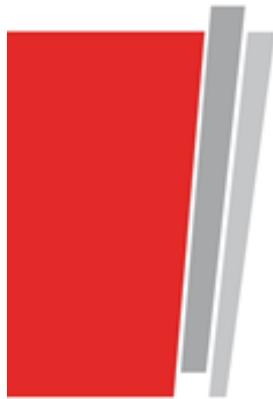
www.bwint.org

1. Organizar 10.000 novos membros dos trabalhadores em EMN Chinesas.
2. Estabelecer relações com as EMN Chinesas a nível mundial.
3. Dinamizar as Campanhas Globais contra a empresa Sino Hydro.
4. Expor as práticas laborais das EMN Chinesas na mídia.



## Actividades e Acções Principais para 2016

1. Implementação do Plano Estratégico do 1º Fórum Global sobre as EMN Chinesas.
2. Criação de uma Rede de empresas da Sino Hydro.
3. Acompanhamento sobre as Acções no Paquistão (Projeto da Barragem de Tarbela)... ou seja, reclamações pela OIT.
4. Estabelecimento do grupo de "vigilância de trabalho" (*China Watch*) a nível global.
5. Desenvolvimento de estudos de casos, destacando as violações dos direitos dos trabalhadores à mídia.



## Realizações do Fórum Global

### Nível Nacional:

#### Organização:

- Desenvolver e implementar campanhas de organização, tendo como alvo as EMN Chinesas.
- Desenvolver e implementar campanhas de mídia público focadas em multinacionais chinesas.
- Realizar formações para desenvolver a capacidade dos organizadores, activistas, pesquisadores e outras pessoas de recurso.

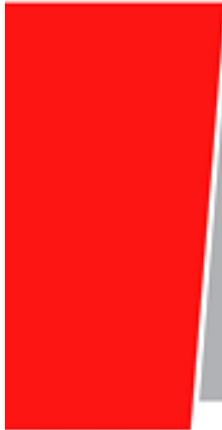
#### Negociação:

- Negociar CBA's ou acordos bilaterais com as EMN Chinesas.
- Monitorizar o cumprimento das Negociações Colectivas e outros Acordos.
- Realizar formações para negociações.
- Advogar com as EMN Chinesas para fazerem parte do conselho nacional de negociação colectiva ou das associações patronais.





## Políticas Influenciadoras:



- Engajar e defender os organismos governamentais para a aplicação da legislação laboral nacional e das normas de SST.
- Fazer parcerias com os centros nacionais para defender as cláusulas laborais em acordos de comércio e outros acordos bilaterais com a China.
- Fazer parceria com os centros nacionais para pressionar os governos nacionais, para garantirem que as EMN Chinesas cumpram com as leis trabalhistas nacionais.
- Envolver estrategicamente a mídia nacional para realçar os estudos de caso de Empresas Chinesas que operam a nível nacional.
- Advogar com o governo nacional para incluir os sindicatos no processo de contratação pública.
- Desenvolver relações com outras partes interessadas, com operações EMN Chinesas.



004 004 071 000 438  
www.bwint.org

## Nível Sub-regional e Regional

### Organização:

- Trocar informações sobre estratégias de organização.
- Desenvolver redes sub-regionais e regionais.
- Realizar mapeamentos sub-regionais e regionais.
- Criar banco de dados de operações das EMN Chinesas a nível sub-regional e regional

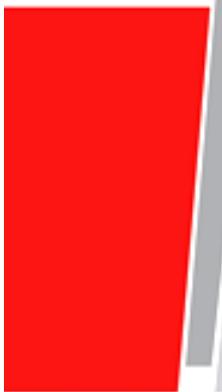
### Negociação:

- Compartilhamento de CBA's e outros documentos relevantes.
- Desenvolver estratégias para as negociações sub-regionais e regionais.

### Políticas Influenciadoras:

- Engajar em fóruns sindicais e estruturas sub-regionais e regionais.

**Nota:** O Escritório Regional deverá facilitar a cooperação sub-regional e a coordenação das actividades regionais.



004 004 071 000 438  
www.bwint.org



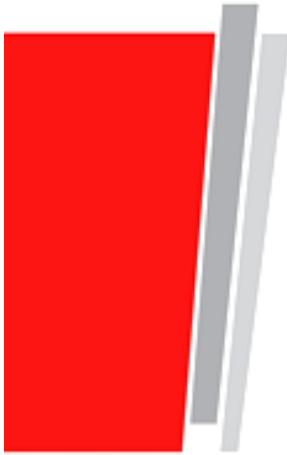
## Nível Global

### Organização:

- Apoiar os afiliados do ICM para desenvolver a sua capacidade de organizar e oferecer formações se necessário.
- Consolidar as iniciativas de organização do ICM, a nível global.
- Actualizar as pesquisa globais e mapeamento.
- Desenvolver a campanha global da mídia pública destacando trabalho do ICM, bem como as violações das EMN Chinesas.
- Desenvolver uma base de dados a nível global das operações das EMN Chinesas.

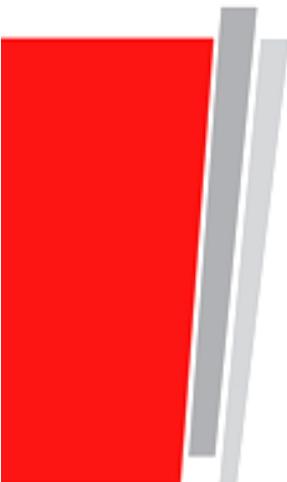
### Negociação:

- Compilar e consolidar os CBA's a nível global e desenvolver o modelo de CBA's.
- Envolver a China e explorar um possível Memorando de Entendimento o ICM.
- Envolver as companhias Chinesas e explorar IFA's com o ICM.
- Envolver e explorar IFA's com o Banco Chines e as instituições de investimentos.



### Políticas Influenciadoras:

- Envolver instituições internacionais (OIT, ONU, CHINCA, Banco Mundial, OCDE, FOCAC, etc.)
- Participar do Fórum sobre o Trabalho dos BRICS
- Explorar o envolvimento com grupos ligados ao meio ambiente e no desenvolvimento internacional.
- Rever e avaliar os acordos bilaterais e regionais entre a China e cada país singular ou grupo de países.
- Como parte da Estratégia interna da China para explorar a Missão à China para
- Estabelecer a brigada de vigilância "China Watch".





## IX. MARCOS REGIONAIS: DE ABUJA À TANZÂNIA

### MULTINACIONAIS EM ÁFRICA E MÉDIO ORIENTE NOS SECTORES DO ICM

Um dos principais eventos realizados em Abuja de 4 a 5 de Setembro de 2012 foi a pré-conferência sobre empresas multinacionais presidido por Sua Excelência, Ilustre Ameka Nyungo Ministro do Trabalho e Emprego, e no seu discurso de abertura sublinhou alguns dos desafios que a mercado do trabalho enfrenta como resultado da globalização e também a necessidade de continuar a fortalecer o diálogo social, com todos os parceiros sociais, incluindo as organizações sindicais, em busca de soluções.

O Representante da FES, Sr. Tomas Mattig também juntou-se ao Ministro para dar boas vindas aos delegados em Abuja, assim, em nome da FES como financiadores da Conferência, Tomas Matting discursou, destacando o papel da FES na promoção da justiça social, da paz e da democracia em todo o mundo e com a parceria que eles têm com os diferentes parceiros sociais, incluindo movimento trabalhista.

A Conferência observou a situação da Nigéria, onde os filiados ao ICM e os outros parceiros sociais incluindo as Companhias Multinacionais partilharam as experiências da Nigéria, principalmente como têm levado a cabo o diálogo social.

O ponto fulcral da Conferência foi sobre as multinacionais da China, que estão em actividades na região, a oradora convidada para este debate foi a Sra. Monina Wong do escritório da ITUC de Hong Kong. A apresentação de Monina debruçou-se sobre os resultados em destaque e as lições aprendidas com o estudo encarregado pelos Sindicatos Globais sobre as operações e propriedade das empresas chinesas que operam na região e ela recomendou as possíveis estratégias para organizar e participar dessas empresas.

A Sra. Justina Jonas do sindicato MANWU compartilhou a experiência da Namíbia sobre organizar e fazer campanha, para o cumprimento da legislação pelas empresas chinesas, enquanto o Sr. Pio Quinoo falou sobre a experiência do Gana em organizar e concluir acordos coletivos de trabalho com as empresas chinesas.

O Sr. Oloka Mesilamu compartilhou a experiência do Uganda, onde os sindicatos têm sido capazes de organizar, participar e estabelecer relações com os outros sindicatos do ramo e com as empresas-mãe de empresas chinesas activas no Uganda.

### **A Conferência do ICM para a Região da África e Médio Oriente, realizada na Nigéria em 2012 adoptou o seguinte:**

#### **Organizar e Fazer Campanhas:**

- 1.** Os organizadores sindicais devem aprender a **Língua Chinesa (Mandarim)** para garantir que eles possam envolver os trabalhadores chineses, gestão local e empregadores.
- 2.** Os sindicatos devem **recrutar** activamente **os trabalhadores chineses** para se tornarem membros do sindicato e para serem capazes de defender os seus direitos como trabalhadores migrantes.
- 3.** Os sindicatos também devem estabelecer **relações bilaterais** entre os diferentes países para partilhar experiências de organização como esforço para generalizar os ganhos obtidos.
- 4.** Os afiliados devem embarcar em **campanhas nacionais agressivas** na organização de multinacionais chinesas.



5. Através de projectos para garantir o cumprimento os sindicatos devem **Formar Alianças** com organizações ambientalistas e com as comunidades afectadas.
6. **Apresentar activamente à Embaixada da China as reclamações** em caso de não-conformidade e corrupção.
7. Estabelecer relações com os sindicatos chineses/ trabalhadores independentes, para partilhar experiências sobre como os chineses organizam as greves e defendem os direitos dos trabalhadores.

#### **Pesquisa:**

8. O ICM deve continuar o trabalho sobre o mapeamento das multinacionais chinesas e o estudo de caso deverá incluir o acompanhamento das investigações para garantir um progresso adequado.

#### **Negociações Colectivas:**

9. As filiais devem analisar o salário mínimo e as condições básicas de trabalho para reflectir sobre as questões das mulheres, dos jovens e das normas gerais neles contidos.
10. Continuar as negociações de forma vigorosa com as multinacionais chinesas para o reconhecimento e os ACT.

#### **Políticas Influenciadoras:**

11. As filiais devem **envolver os Ministérios do Trabalho** e a **Inspeção do Trabalho** para garantir o cumprimento e os sindicatos devem **iniciar diálogos entre as partes interessadas** de todos os partidos políticos a nível nacional.
12. Usar as estruturas de toda a África, como os Sindicatos da Organização da Unidade Africana (OATUU) e a União Africano (UA), assim como outras influências para engajar os Chefes de Estado Africanos para a pressão na transformação das relações de trabalho perante o Fórum para a Cooperação China-África (FOCAC) em 2015.
13. O ICM e as filiais devem envolver o Órgão Regulador da China – **Supervisão de Ativos do Estado e a Administração da Comissão do Conselho de Estado (SASAC)**, que é delegada pelo Conselho de Estado como o principal órgão regulador da administração das Empresas de Construção (EC); e o Ministério do Comércio (MOFCOM) a observar o trabalho, as cláusulas sociais e ambientais, ou seja, os padrões e a conformidade.
14. O ICM e as suas filiais devem abrir diálogo com a **Associação Internacional de Contratadores Chineses (CHINCA)**, incluindo a entidade individual na Sede da MNC para se registar as reclamações e se estabelecer as relações. O objectivo estratégico é garantir um **Acordo-Quadro Internacional (IFA)**, a longo prazo com as Empresas Multinacionais Chinesas.
15. O ICM deve se engajar a **Confederação Geral dos Sindicatos da China (ACFTU)** de forma proactiva, mas "cautelosamente" para apoiar a nossa causa no cumprimento da legislação trabalhista, a troca de informações e apoiar a nossa obrigação por uma IFA

**No Seminário Regional do ICM para a África e Oriente Médio sobre Organizar e Engajar as multinacionais Chinesa na Região da África e Médio Oriente realizado em Dar-es-Salam, Tanzânia em 19-20 de Agosto de 2014, Aprovou o seguinte:**



1. Organizar todos os trabalhadores nas Empresas Multinacionais Chinesas independentemente do género, cor e país de origem
2. Negociar 50 ACT abrangendo 25 000 membros
3. Desenvolver uma campanha regional para direccionar as práticas anti-sindicais de trabalhadores e anticomerciais e o comportamento de Empresas Multinacionais Chinesas em África e Médio Oriente
4. Dialogar com os nossos governos sobre os contratos amigáveis de aquisição de trabalhadores
5. Formação e capacitação dos membros a respeito dos seus direitos
6. Fazer pressão aos nossos governos para assegurar que a ajuda do investimento chinês reduza a pobreza e o desemprego e garanta um desenvolvimento económico que beneficie a todos os trabalhadores na África e Oriente Médio
7. Fazer pressão para o uso e o respeito da Declaração da OIT-MNE
8. Pressionar para um Acordo-Quadro Internacional com a entidade chinesa
9. Desenvolver uma forte rede sobre as Empresas Multinacionais Chinesas na Sub-região e Região na África e Oriente Médio
10. Apelar o ICM para desenvolver uma base de dados acessível sobre as Multinacionais Chinesas
11. Invocar o ICM para mobilizar recursos técnicos e financeiros para garantir o sucesso do nosso programa.





## X. PERSPECTIVA GERAL E CONTEXTO

### **Sobre as MNC Chinesas**

*Em muitos países do mundo inteiro, as multinacionais chinesas estão entre os maiores empregadores neste momento, levando a cabo grandes infraestruturas e outros projectos relacionados à construção. Os esforços para organizar e negociar acordos coletivos foram tomadas e os sindicatos até agora têm tido muitas dificuldades. Embora o ICM tenha experiência no trabalho com as empresas multinacionais europeias (PTM), as EMN chinesas são um desafio diferente por várias razões. Sem tradição de diálogo social, o ICM não pode contar com o apoio e a experiência da filial no país de origem da multinacional e não existem acordos-quadro internacionais. Na maior parte dos projectos de infraestrutura em que os bancos chineses fornecem financiamento e os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento não estão envolvidos, as suas directrizes de contratação não se aplicam directamente.*

*A propriedade central das Empresas do Estado (conhecida como Empresa Central ou CES) e a propriedade pública das empresas estratégicas do Estado (EPP) estão sujeitos a mecanismos de regulação mais abrangentes, enquanto as empresas privadas não. As empresas de construção chinesas dominantes, todas são Empresas Central (CES), sob o controle dos activos de Supervisão e Administração da Comissão Estadual (SASAC). O Partido Comunista da China (PCC) é o único partido político que governa a China. O Estado subordina-se à liderança política do Partido, embora operem em estruturas separadas. Isto aplica-se na estrutura do sector estatal e público, bem como nas organizações partidárias, incluindo as organizações de massas, a Federação Nacional dos Sindicatos da China (ACFTU), que são regulados pela "dupla liderança" do órgão de administração superior, e da Comissão do CPC (CCPC) ao mesmo nível. O trabalho e o emprego dos membros CCPC nos órgãos de administração das empresas estatais e EC, por exemplo, no Conselho de Administração (CA), o Conselho de Supervisores, e nos Sindicatos garantem mais controle político do partido.*

*Com essa estrutura, significa que as decisões tomadas pelo Conselho de Administração e Director Executivo, para investir num projeto ou de cooperar com um sindicato internacional, etc., não são decisões puramente económicas, mas precisam considerar as implicações sociais e políticas.*

*É importante compreender os diferentes níveis de preocupações do Partido e do Estado na promoção da globalização das EMN Chinesas. É importante também identificar os interesses em termos de regulamentos corporativos que são comuns nos sindicatos internacionais e nas necessidades internas do Partido e do Estado.*

### **Sobre as Normas Trabalhistas**

*Não existe nenhuma indicação de que o governo chinês pretende ratificar as convenções da OIT de 87 e 98. O governo chinês ratificou o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), em 1997, com reserva na disposição sobre a liberdade de associação. A liberdade de associação está escrita na Constituição Chinesa com a cláusula sobre o direito à greve removida na alteração de 1982. A CPC, e a ACFTU (central sindical) e os que lhe seguem, sempre deixaram claro que vão caminhar no seu próprio estilo de Socialismo Chinês, não copiando a democracia ocidental e o sindicalismo.*

*O Ministério do Comércio (MOFCOM), o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Confederação Geral dos Sindicatos do Comércio e Indústria de Toda a China emitiram Directrizes para a Gestão de Trabalhadores de Empresas no Exterior com capital chinês. Embora essas directrizes não são obrigatórias, é o primeiro passo para a regulamentação da administração do trabalho, no que foi anteriormente descrito como uma página em branco. As directrizes são aplicáveis a todas as empresas chinesas que investem no exterior e para todos os trabalhadores, incluindo os cidadãos chineses e trabalhadores locais, ou trabalhadores de outra nacionalidade. As "Obrigações das Empresas Chinesas: o Artigo 3.º, as empresas chinesas devem estudar e cumprir rigorosamente as leis trabalhistas da China e do país do projecto".*

*Em 2003, o Conselho de Estado lançou pela primeira vez a Lei da Avaliação do Impacto Ambiental da China, em relação aos projectos infraestruturais de grande escala na China. Tanto a China Exim como o CDB emitiram directrizes sobre o impacto ambiental e social em 2007. "As instituições bancárias devem fortalecer a gestão de risco ambiental e social para projectos no exterior para que o crédito seja concedido e certificar se os patrocinadores do projeto respeitam as leis e regulamentos aplicáveis na matéria de protecção ambiental, terra, saúde, segurança, etc., do país ou a jurisdição onde o projecto estiver*



localizado. A “China Exim é activa em parcerias de financiamento regionais, com os Bancos de Desenvolvimento Asiáticos e Africanos e com o Banco Mundial e, em consequência disso tem de rever as suas normas, a fim de alinhá-los aos dos outros bancos multilaterais. Em alguns projectos financiados pela Corporação Financeira Internacional (IFC), as multinacionais chinesas têm de cumprir os seus Padrões de Desempenho.

A associação comercial nacional de empresas de contratação internacionais, contratação de trabalho e de investimento de engenharia chamados de CHINCA, um Guia de Responsabilidade Social para a Indústria de Contratos Internacional da China em 2010, que fornece um conjunto amplo de princípios, mas não se refere a leis nacionais chinesas, as leis do país de projeto ou normas internacionais da OIT. Afirma que: Comunicação Interna e Participação: os mecanismos de negociação entre empregador-empregado devem estar em de acordo com as leis e práticas locais; comunicações de duas vias”.

### **Sobre a ACFTU**

A ACFTU é parte integrante do Partido e do Estado e, portanto, não é independente. Os dirigentes sindicais não são eleitos democraticamente pelos trabalhadores e na maioria dos casos, os representantes sindicais são escolhidos a dedo e, muitas vezes um elemento da administração ou um secretário do partido.

A ACFTU, e o sindicato da CE e as empresas estatais (SOE), têm estado em silêncio sobre as questões trabalhistas quanto aos investimentos chineses. Eles não têm nenhum papel a desempenhar nos mecanismos de regulação do Estado e do CPC, que são conduzidos e executados principalmente pelo MOFCOM, o Ministério das Relações Exteriores e as embaixadas chinesas. Os sindicatos da CE e as estatais, embora formem filiais nos locais do projeto, são somente “estabilizadores” e dependente do CPC da empresa e da administração. Além disso, a ACFTU não tem um acordo coletivo com essa CE e as estatais. Existem poucos casos de comités sindicais formados nos projectos de construção, mas estes comités simplesmente organizam a vida social dos funcionários chineses.

Ele não tem a influência directa sobre as EMN chinesas que operam fora da China e não têm controlo directo sobre os sindicatos e negociação coletiva com a CE na China. Há um forte sentimento de que a ACFTU não é considerado como um sindicato democrático e independente que possa representar e atender totalmente os direitos dos trabalhadores na China.

Foram feitas inúmeras tentativas pelos sindicatos internacionais e nacionais para acelerarem o envolvimento com a ACFTU. No entanto, estes esforços mantêm-se superficiais e resultam mais em intercâmbio de informações e visitas à China.

### **Sobre a Situação do Trabalhadores Chineses**

A maior parte dos trabalhadores da construção civil na China são sazonais, de contrato e temporários. Muitos desses trabalhadores não têm segurança social; recebendo baixos salários; e estão expostos a condições de trabalho inseguros e insalubres. As empresas de construção não empregam directamente os trabalhadores, mas trabalham com agências que contratam os serviços dos trabalhadores e, em seguida, enviam-lhes para os locais de construção. As empresas de construção não assumem nenhuma responsabilidade vis-à-vis com os trabalhadores da construção civil, somente de maneira muito limitada na área de segurança.

### **Sobre a Pressão Internacional**

Os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos são, embora não vinculados podem ser uma importante ferramenta para pressionar as empresas a respeito dos direitos humanos, independentemente se a legislação nacional os obriga ou não a fazê-lo. Porque isso se aplica a parceiros de negócios, onde a multinacional chinesa tem ligações com os outros, isso também pode ser possível a alcançá-los através de outras empresas.

Quanto a OIT, a vantagem do Comité de Liberdade Sindical é que isso pode ser usado mesmo se país ratificou ou não as Convenções 87 e/ ou 98. São apresentadas queixas contra os governos (governos locais, neste caso). A OIT pode ser uma arena para pressionar o governo chinês a respeitar as Normas Internacionais do Trabalho particularmente sobre o direito de organização e negociação coletiva, incluindo a questão dos trabalhadores temporários e contratados, que são amplamente utilizados no sector de construção.



## **TÍTULO: Complemento 4 - Direitos dos Trabalhadores nas Empresas Multinacionais Chinesas (anteriormente resoluções 10 e 11)**

APRESENTADO PELO: CONSELHO MUNDIAL DO ICM, Federação dos Trabalhadores da Construção e Madeira do Paquistão (PFBWW), Paquistão e o ICM – Comitê de Afiliados do Nepal (NAC), Nepal

**CONSIDERANDO:** O comportamento negativo das Companhias Multinacionais Chinesas (MNC) fora da China tornou-se bem conhecido na média e resultou em tensões industriais e até mesmo sociais, mas continuam inabaláveis;

**CONSIDERANDO:** Que os afiliados a nível global do ICM, particularmente na África e no Sul da Ásia têm levantado a questão de como se engajarem com as EMN Chinesas sobre o cumprimento das normas trabalhistas;

**CONSIDERANDO:** Que a China, na sua mudança estratégica e política para o Sul da Ásia e para a África tornou-se num dos maiores investidores nessas regiões. As EMN Chinesas agora estão competindo com as grandes EMN da Europa, Japão, EUA, Austrália e Coreia. Todas as EMN, incluindo os da China, têm uma responsabilidade social e legal para assegurarem que as normas sejam cumpridas em todas as suas unidades operacionais e que não exista impactos negativos sobre os trabalhadores ou as comunidades circunvizinhas.

**CONSIDERANDO:** Que as EMN Chinesas em vários países africanos, e no Nepal e Paquistão, têm demonstrado um desrespeito generalizado para os direitos dos trabalhadores e os padrões de trabalho – a discriminação nos salários dos trabalhadores locais e chineses, as precárias condições de moradias, o não-cumprimento das leis trabalhistas locais, a falta de/ inadequada segurança social e as más condições de SST que caracterizam as obras de construção das EMN Chinesas. O Projeto Hidroelétrico de Neelam-Jhelum, o Projecto Hidroelétrico do Paquistão e de Melamchi, Nepal são casos em questão, onde estudos sistemáticos também foram realizados. Os trabalhadores foram descaradamente recusados ao direito de se organizarem, participar das actividades sindicais e de negociação coletiva. Aqueles que participam em actividades sindicais foram intimidados e assediados com denúncias e acusações falsas contra a liderança sindical. Os sindicatos na África têm experiências negativas semelhantes e estão em luta constante para se organizarem. Os sindicatos têm agora Acordos Coletivos com algumas EMN chinesas no Gana, Nigéria, Namíbia, Uganda, Quênia, Tanzânia, entre outros.

**ACREDITANDO** que seja essencial compreender as MNC Chinesas, a diferenciação da MNC Chinesa em questão deve ser notada aquando da elaboração das estratégias de abordagem.

**CONSIDERANDO:** que o Ministério do Comércio (MOFCOM), o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Federação Geral do Comércio e Indústria da China, emitiram orientações para a Gestão dos Empregados no Exterior com financiamento de empresas chinesas, que é aplicável a todas as empresas chinesas que investem no exterior e para todos os trabalhadores, incluindo os cidadãos chineses e trabalhadores locais, ou trabalhadores de outras nacionalidades e que exigem que as empresas “estudem e cumpram rigorosamente as leis trabalhistas da China e do país do projeto”.

**CONSIDERANDO:** Que o Banco de Importação e Exportação da China (EXIM) e o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) emitiram orientações sobre o impacto ambiental e social, em 2007, o que mostra ser um apelo a “fortalecer a gestão sobre o risco ambiental e social para projectos no exterior a fim de ser concedido o crédito e que também se deve certificar os patrocinadores do projeto para se verificar se respeitam as leis e os regulamentos aplicáveis em matéria de protecção ambiental, terra, saúde, segurança, etc., do país ou da jurisdição onde o projeto estiver localizado”.

**CONSIDERANDO:** que a associação comercial nacional da contratação internacional, contratação de trabalho e empresas de investimento de engenharia chamados de CHINCA emitiram um Guia de Responsabilidade Social para a Indústria Chinesa de Contratação Internacional, em 2010, que fornece um conjunto amplo de princípios onde estipulam que os “mecanismo de negociação do empregador e empregado estejam em de acordo com as leis e práticas locais; comunicações de duas vias”.

**CONSIDERANDO:** que a Empresa proprietária Estatal Central (EC) adoptou a sua própria Responsabilidade Empresarial Social (RSE), políticas e metas, que são definidas pelo escritório sede e divulgados às filiais e fornecedores. Os EC mais estabelecidos são incentivados a participar das Iniciativas Globais sobre a Elaboração de Relatórios (GRI) e assinar o Pacto Global da ONU e desenvolver as directrizes de responsabilidade social da empresa (CSR) e dos programas convergentes com essas ferramentas internacionais.

**CONSIDERANDO** que as embaixadas chinesas evoluíram como a principal fonte de informação e de agentes de mediação como MOFCOM e as embaixadas locais, desenvolveram mecanismos para relatar e lidar com conflitos e situações de emergência, incluindo as greves trabalhistas (de ambos os trabalhadores chineses e estrangeiros).



**CONSIDERANDO** que a Confederação dos Sindicatos da China, a Confederação Geral dos Sindicatos da China (ACFTU) é uma organização controlada pelo Estado, cujos princípios e a agenda nas relações internacionais serve as relações diplomáticas do Estado;

**CONSIDERANDO** que o agravamento das condições de trabalho dos trabalhadores na China como evidenciado pela ondas de greves, tumultos por trabalhadores migrantes, o aumento do número de acidentes em obras de construção e, o crescente número de agências inseguras, trabalhadores temporários e de contratos. A ACFTU é vista pelos trabalhadores como uma organização burocrática do governo e não representa os interesses dos trabalhadores. Com o crescente activismo sindical a nível das empresas e o sindicato da iniciação dos trabalhadores democráticos e das plantas, o desafio para a ACFTU, quer seja para se juntar ao crescente movimento operário ou tornar-se irrelevante.

**OBSERVANDO** que a ACFTU e os sindicatos da CE terem sido silenciosos e não responderem sobre as questões laborais sobre os investimentos do estado e que o engajamento da ACFTU com o movimento sindical internacional é limitado às normas de trabalho confortáveis, tais como as agências de trabalho e de segurança social e evitando assim os principais princípios sindicais da liberdade de formar sindicatos, o direito de negociação coletiva e o direito a greve.

**FINALMENTE NOTANDO** que o envolvimento com as EMN Chinesas, com o objectivo de chegar a um acordo-quadro global não é viável neste momento pelo fato de que o envolvimento com a central sindical não é visto como estratégico na abordagem das questões das multinacionais chinesas, uma vez que não têm influência directa em EMN chinesas que operam fora da China e não têm o controlo directo sobre os sindicatos e a negociação coletiva com a CE na China.

#### **SEJA RESOLVIDO QUE:**

A nível nacional, o ICM deve desenvolver directrizes e mecanismos de informação sobre a forma como as filiais seriam capaz de engajarem-se em negociações com as EMN chinesas com base nas diversas experiências. Todas as filiais devem relatar ao ICM as diversas actividades, organização e negociação com as EMN chinesas. O ICM convida os seus afiliados a destacarem e relatarem as violações das leis trabalhistas nas obras de construção das EMN chinesas e apresentarem as queixas aos respectivos governos nacionais e à OIT. Embora os sindicatos tenham procurado organizar os trabalhadores através de métodos de recrutamento tradicionais, os afiliados podem adoptar estratégias complementares, tais como:

- Abordar os clientes dos projectos de construção nos ministérios governamentais relevantes para assegurarem o cumprimento das leis laborais nacionais;
- Reunir com altos funcionários da Embaixada da China para documentarem as formas em que as empresas chinesas não vão em de acordo com as leis trabalhistas nacionais; e emitir um comunicado de imprensa posteriormente;
- Reunir com a associação dos empreiteiros nacionais ou a federação da construção para levantar questões da não-conformidade e sobre a concorrência desleal;
- Questionar sobre a não-conformidade pelas empresas chinesas na agenda de reuniões tripartidos do diálogo social sectorial;
- Exercer pressão para que uma entidade independente regule o sector de construção, o que incluiria mecanismos de aplicação do cumprimento para todos os contratantes;
- Lançamento da campanha sobre os direitos dos trabalhadores, em aliança com as várias partes interessadas, incluindo grupos de direitos dos trabalhadores, académicos e as ONG's, se o diálogo não for viável.

A nível internacional, o ICM afirma que todas as EMN, incluindo as EMN Chinesas têm uma responsabilidade social para assegurarem que as condições ou leis locais sejam honradas e também que os mínimos padrões laborais sejam aplicáveis em todas as suas operações e em todos os países. O ICM deve desenvolver estratégias de como usar a arena internacional para pressionar as EMN Chinesas e o governo chinês em conformidade com as normas laborais fundamentais. As plataformas e mecanismos a serem utilizados devem incluir:

- O Conselho Universal de Revisão Periódica dos Direitos Humanos ou o acompanhamento do mandato do Relator Especial dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.
- Os Acordos Comerciais Bilaterais entre a China e o único país ou grupo de países, que incluem normas sociais e trabalhistas; os sindicatos devem exercer uma pressão para a inclusão de normas sociais e trabalhistas nos acordos comerciais e também pressionar os seus respectivos governos para que estes possam posteriormente pressionar ao governo chinês e as EMN chinesas a cumprirem e fazerem cumprir essas normas sociais.

Os vários mecanismos de supervisão que podem ser usados na OIT: o Comité de Liberdade Sindical ou as Directrizes das EMN. A OIT deve exercer forte influência sobre o governo chinês para cumprir com as normas da OIT particularmente na abordagem às questões da agência e trabalhadores contratados no sector da construção.



- Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (Banco Mundial e Bancos Regionais). O ICM deverá aproveitar esta oportunidade para levantar preocupações sobre a falta de normas sociais e ambientais em projectos financiados pelos chineses.
- O Pacto Global e a Iniciativa Global de Notificação [Global Reporting Initiative (GRI)], que pode ser uma avenida para criar pressão sobre as EMN chinesas.
- As ONG's relacionadas com as questões ambientais e de desenvolvimento internacionais que podem ser parceiros nas campanhas contra os impactos negativos dos projectos de infraestrutura chinesas.
- O movimento sindical internacional, que deve exercer pressão sobre o ACFTU para tomar medidas sérias para defender os direitos dos trabalhadores dentro e fora da China em particular o direito de organizar sindicatos; o direito de negociação colectiva; e, o direito à greve.

Sobre as acções sindicais directas, o ICM deve reforçar uma base de conhecimentos combinados, fazer campanhas e explorar compromissos para criação pressão. O ICM vai reforçar a cooperação com as diferentes partes interessadas para destacar as violações das leis trabalhistas em obras de construção das EMN chinesas e buscar um comportamento responsável das EMN chinesas e dos governos nacionais através de trabalhos de pressão a nível local, regional e global. Especificamente, este deve incluir:

- O acesso à informação deve ser desenvolvido sobre o sistema de relações de trabalho das empresas alvo chinesas, bem como os desenvolvimentos dos acordos coletivos, as eleições sindicais a nível do local de trabalho e a "reforma" de outros sindicatos na China.
- Explorar o envolvimento com as sucursais Provincial ou Municipais da ACFTU (por exemplo, província de Guangdong Shenzhen ou sindicatos municipais) ou sindicatos empresariais que têm mostrado passos positivos no que respeita a representante sindicais para as eleições e de negociação coletiva.
- Realizar campanhas globais para colocar pressão sobre as EC chinesas, as agências governamentais apropriadas, os bancos e embaixadas chinesas em questões que afectam os trabalhadores da CE. Para que a China faça parte da comunidade internacional, deverá se comportar de acordo com as normas internacionais.
- Explorar o envolvimento com a CHINCA através da associação internacional e europeia de contratadores, como a CICA e a FIEC e também através da Federação Internacional de Engenheiros Consultores, a FIDIC, que desenvolveu padrões internacionais comuns em contratos que incluem normas de trabalho.
- Explorar o envolvimento com as ONG's ligadas ao Sector Laboral Chinês, os Académicos e os Grupos de Advogados por meio de troca de informações; projectos de pesquisa conjuntos sobre o comportamento das EMN Chinesas; e a Assistência Jurídica e os Programas de Treinamento para os trabalhadores da construção civil dentro e fora da China.

ASSINADO:

Conselho Mundial

Genebra, 16 de Maio de 2013





## XI. MATERIAL EXPLICATIVO SOBRE AS EMN CHINESAS

*Em muitos países do mundo inteiro, as empresas multinacionais chinesas estão entre os maiores empregadores neste momento, levando a cabo grandes infraestruturas e outros projectos relacionados à construção. Os esforços para organizar e negociar acordos coletivos foram tomadas e os sindicatos até agora têm tido muitas dificuldades. Embora o ICM tenha experiência de trabalho com as empresas multinacionais europeias, as EMN Chinesas são um desafio diferente por várias razões. Sem tradição de diálogo social, o ICM não pode contar com o apoio e a experiência da filial no país de origem da multinacional e não existem acordos-quadro internacionais. Na maior parte dos projectos de infraestrutura em que os bancos chineses fornecem financiamento e os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento não estão envolvidos, as suas directrizes de aquisição não se aplicam diretamente*

*As Empresas Centrais do Estado (conhecida como Empresa Central ou EC) e as Empresas Estratégicas do Estado (EPP) estão sujeitas a mecanismos de regulação mais abrangentes enquanto as empresas privadas não. As empresas de construção chinesas dominantes, todas são Empresas Central (EC), sob o controle dos activos de Supervisão e Administração da Comissão Estadual (SASAC). O Partido Comunista da China (PCC) é o único partido político que governa a China. O Estado subordina-se à liderança política do Partido, embora operem em estruturas separadas. Isto aplica-se na estrutura do sector estatal e público, bem como nas organizações partidárias, incluindo as organizações de massas, a Federação Nacional dos Sindicatos da China (ACFTU), que são regulados pela "dupla liderança" do órgão de administração superior, e da Comissão do CPC (CCPC) ao mesmo nível. O trabalho e o emprego dos membros CCPC nos órgãos de administração das empresas estatais e EC, por exemplo, no Conselho de Administração (CA), o Conselho de Supervisores, e nos Sindicatos garantem mais controlo político do partido.*

*Com essa estrutura, significa que as decisões tomadas pelo Conselho de Administração e Director Executivo, para investir num projeto ou de cooperar com um sindicato internacional, etc., não são decisões puramente económicas, mas precisam considerar as implicações sociais e políticas.*

*É importante compreender os diferentes níveis de preocupações do Partido e do Estado na promoção da globalização das EMN Chinesas. É importante também identificar os interesses em termos de regulamentos corporativos que são comuns nos sindicatos internacionais e nas necessidades internas do Partido e do Estado.*

### **2. Sobre as Normas Trabalhistas**

*Não existe nenhuma indicação de que o governo chinês pretende ratificar as convenções da OIT de 87 e 98. O governo chinês ratificou o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), em 1997, com reserva na disposição sobre a liberdade de associação. A liberdade de associação está escrita na Constituição Chinesa com a cláusula sobre o direito à greve removida na alteração de 1982. A CPC, e a ACFTU (central sindical) e os que lhe seguem, sempre deixaram claro que vão caminhar no seu próprio estilo de Socialismo Chinês, não copiando a democracia ocidental e o sindicalismo.*

*O Ministério do Comércio (MOFCOM), o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Federação Geral do Comércio e Indústria da China emitiu Orientações para a Gerenciamento dos Empregados no Exterior com financiamento de Empresas Chinesas. Embora essas directrizes não são obrigatórias, é o primeiro passo para a regulamentação da administração do trabalho, no que foi anteriormente descrito como uma página em branco. As directrizes são aplicáveis a todas as empresas chinesas que investem no exterior e para todos os trabalhadores, incluindo os cidadãos chineses e trabalhadores locais, ou trabalhadores de outra nacionalidade. As "Obrigações das Empresas Chinesas: o Artigo 3.º, as empresas chinesas devem estudar e cumprir rigorosamente as leis trabalhistas da China e do país do projeto.*

*Em 2003, o Conselho de Estado lançou pela primeira vez a Lei da Avaliação do Impacto Ambiental da China, em relação aos projectos infraestruturas de grande escala na China. Tanto a China Exim como o CDB emitiram directrizes sobre o impacto ambiental e social em 2007. "As instituições bancárias devem fortalecer a gestão do risco ambiental e social para projectos no exterior para que o crédito seja concedido e certificar se os patrocinadores do projeto respeitam as leis e regulamentos aplicáveis na matéria de protecção ambiental, terra, saúde, segurança, etc., do país ou a jurisdição onde está localizado o projeto. A "China Exim é activa em parcerias de financiamento regionais, com os Bancos de Desenvolvimento Asiáticos e Africanos e com o Banco Mundial e, em consequência disso têm de rever as suas normas, a fim de alinhá-los aos dos outros bancos multilaterais. Em alguns projectos financiados pela Corporação Financeira Internacional (IFC).*



*As EMN Chinesas devem cumprir com os seus Padrões de Desempenho.*

*A associação comercial nacional de empresas de contratação internacionais, contratação de trabalho e de investimento de engenharia chamados de CHINCA, u um Guia de Responsabilidade Social para a Indústria de Contratos Internacional da China em 2010, que fornece um conjunto amplo de princípios, mas não se refere a leis nacionais chinesas, as leis do país de projeto ou normas internacionais da OIT. Atesta que: A Comunicação e a Participação do Empregador: os mecanismos de negociação entre empregador e empregados devem estar em concordância com as leis e práticas locais; comunicação bidirecional”.*

### **3. Sobre a ACFTU**

*A ACFTU é parte integrante do Partido e do Estado e, portanto, não é independente. Os dirigentes sindicais não são eleitos democraticamente pelos trabalhadores e na maioria dos casos, os representantes sindicais são escolhidos a dedo e, muitas vezes um funcionário da administração ou um secretário do partido. A ACFTU, e o sindicato dos EC e as empresas estatais (SOE), têm estado em silêncio sobre as questões trabalhistas quanto aos investimentos chineses. Eles não têm nenhum papel a desempenhar nos mecanismos de regulação do Estado e do CPC, que são conduzidos e executados principalmente pelo MOFCOM, o Ministério das Relações Exteriores e as embaixadas chinesas. Os sindicatos da EC e as estatais, embora formem filiais nos locais do projeto, são somente "estabilizadores" e dependente do PCC da empresa e da administração. Além disso, a ACFTU não tem um acordo coletivo com esses EC e as estatais. Existem poucos casos de comités sindicais formados nos projectos de construção, mas estes comités simplesmente organizam a vida social dos funcionários chineses.*

*Não tem a influência directa sobre as EMN chinesas que operam fora da China e não têm controlo directo sobre os sindicatos e negociação coletiva com os EC na China. Há um forte sentimento de que a ACFTU não é considerado como um sindicato democrático e independente que possa representar e atender totalmente os direitos dos trabalhadores na China.*

*Foram feitas inúmeras tentativas pelos sindicatos internacionais e nacionais para acelerarem o envolvimento com a ACFTU. No entanto, estes esforços mantêm-se superficiais e resultam mais em intercâmbio de informações e visitas à China.*

### **4. Sobre a Situação dos Trabalhadores Chineses**

*A maior parte dos trabalhadores da construção civil na China são sazonais, de contrato e temporários. Muitos desses trabalhadores não têm segurança social; recebendo baixos salários; e estão expostos a condições de trabalho inseguros e insalubres. As empresas de construção não empregam directamente os trabalhadores, mas trabalham com agências que contratam os serviços dos trabalhadores e, em seguida, enviam-lhes para os locais de construção. As empresas de construção não assumem nenhuma responsabilidade vis-à-vis com os trabalhadores da construção civil, somente de maneira muito limitada na área de segurança.*

### **5. Sobre a Pressão Internacional**

*Os Princípios Orientadores das Nações Unidas relativos a Empresas e os Direitos Humanos são, embora não vinculados podem ser uma importante ferramenta para pressionar as empresas a respeito dos direitos humanos, independentemente se a legislação nacional os obriga ou não a fazê-lo. Porque isso se aplica a parceiros de negócios, onde a multinacional chinesa tem ligações com os outros, isso também pode ser possível a alcançá-los através de outras empresas.*

*Quanto a OIT, a vantagem do Comité de Liberdade Sindical é que isso pode ser usado mesmo se país ratificou ou não as Convenções 87 e/ ou 98. São apresentadas queixas contra os governos (governos locais, neste caso). A OIT pode ser uma arena para pressionar o governo chinês a respeitar as Normas Internacionais Fundamentais do Trabalho particularmente sobre o direito de organização e negociação coletiva, incluindo a questão dos trabalhadores temporários e contratados, que são amplamente utilizados no sector de construção.*



## XII. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO ICM

THE STRATEGIC OBJECTIVES: ORGANISING, NEGOTIATING AND MOBILISING

**ORGANIZAR** em projectos de infraestrutura, em obras públicas, em empresas multinacionais, e em operações florestais e nas indústrias da madeira em todo o mundo. O ICM apoiará os sindicatos a aumentar a adesão e a representação local de trabalho com uma abordagem "*bottom up*", com base nos direitos, nas estruturas fortes, uma clara agenda política e capacidade de organizar.

**NEGOCIAR** a nível global, nacional, industrial e também com os acordos de empresa nos nossos sectores e trabalhar através da rede de sindicatos mundial. O ICM vai ajudar a elevar os padrões sindicais por meio de acordos e fortalecimento dos sistemas de negociação coletiva para dar maior cobertura aos trabalhadores nos nossos sectores.

**MOBILIZAR** para influenciar as políticas através da advocacia global, da acção de solidariedade e de campanhas globais. O ICM irá apoiar os sindicatos a melhorarem a capacidade institucional e estabelecer estruturas tripartidas na indústria. O ICM apoiará significativamente o diálogo social e o desenvolvimento sustentável da política industrial..

## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO ICM



**AS UNIÕES FAZEM A DIFERENÇA**



## XIII. PRIORIDADES DO ICM PARA O PERÍODO 2014 – 2017

A nova estratégia de quatro anos do ICM, para se executar no período de 2014-2017, prioriza um trabalho intensivo com os afiliados na organização, negociação e nas influências políticas. Isso exigirá capacidade de inovações estratégicas para o nativismo e empenho dos membros; parcerias e acordos de gestão de trabalho; participação institucional para influenciar as políticas industriais; fazer alianças com organizações semelhantes e melhorar as redes transnacionais de sindicato para sindicato.

Não existe uma abordagem única e singular. Os sindicatos podem usar as ferramentas e padrões apropriados para engajar os trabalhadores e a sociedade, os governos, as instituições internacionais e os parceiros industriais a nível global, nacional e local. As redes sociais e as campanhas corporativas tornar-se-ão influentes neste período, e os acordos internacionais para implementar as normas de trabalho terão de ser consolidados e implementados, proporcionando uma base sólida de conhecimentos e uma plataforma de negociação para os sindicatos nos nossos sectores.

As práticas de exploração na construção civil e florestal são, em grande parte devido ao uso de contratadores de trabalho, esta é uma prática que evita que os trabalhadores se unam para defender os seus direitos legais. É imperativo que nós abordemos as relações de trabalho para que se certifique que o principal empregador garanta direitos iguais ao longo das cadeias de subcontratação e dos fornecedores.

Nós precisamos acabar com o trabalho precário através de campanhas sobre o investimento, no emprego e nas indústrias de construção e madeira. Precisamos desenvolver a capacidade dos trabalhadores em geral e em particular os trabalhadores jovens. Temos que pressionar o aprendizado dos jovens e a formação profissional para dar emprego sustentável. Temos de convencer os governos e empregadores a apoiarem os empregos sustentáveis e verdes, e continuar a promover a gestão florestal sustentável e a certificação.

É fundamental que se garanta a igualdade de direitos para os grupos vulneráveis de trabalhadores para a estratégia de organização dos afiliados do ICM. Iremos aumentar a visibilidade das mulheres, dos trabalhadores migrantes e dos jovens sindicalistas através da participação nas actividades do ICM e usaremos a integração do género como ferramenta para alcançar a igualdade e melhorar a participação das mulheres nas actividades sindicais e das estruturas, continuando a mostrar os benefícios das Vozes das Mulheres do ICM, todos os anos no dia 8 de Março – Dia Internacional da Mulher.

Continuaremos a fazer campanhas contra o trabalho infantil e a favor do direito das crianças à educação. Vamos fortalecer a relação do ICM na Campanha Mundial pelos Direitos dos Trabalhadores Migrantes, assegurando esses mesmos direitos dos trabalhadores migrantes através de estratégias de organização, mudanças políticas e legislativas a nível nacional, regional e global, e campanhas de comunicação e desenvolvimento de programas centrados para serviços.

Proteger a justiça para todos os meios de luta pela Saúde e Segurança e Trabalho Decente. Isso exige o respeito pelos direitos sindicais, pelos padrões internacionais do trabalho, pelas leis nacionais e acordos coletivos de trabalho. Mais empregos directos e maior cobertura da negociação colectiva é essencial para garantir os direitos sindicais e de emprego, um salário digno para homens e mulheres, horas de trabalho razoáveis, bons padrões de saúde, segurança e bem-estar e desenvolvimento de competências. O objectivo é minimizar os riscos da saúde dos trabalhadores e expandir a empregabilidade e a qualidade do trabalho. O ICM terá parte activa na melhoria dos padrões globais de saúde e segurança, e irá também cooperar com a CSI para desenvolver uma forte estratégia global sobre Saúde e Segurança, tendo como alvo as principais instituições da ONU, incluindo a OIT e a OMS. O ICM vai

trabalhar no sentido de influenciar a agenda da OIT sobre SST, incluindo a aplicação das convenções das SST, as recomendações, e do programa de trabalho decente, a fim de desenvolver padrões elevados de protecção dos trabalhadores nos sectores. O ICM deve continuar activo no diálogo social a nível mundial e deve também trabalhar em acordos e boas práticas sobre SST em aquisições e contratos, e por conseguinte irá desenvolver um plano de acção sobre as SST para o período 2014-2017, com iniciativas concretas das instituições para a elaboração de políticas sobre SST. O ICM convidará os filiados a participarem na elaboração e execução deste plano de acção.

O ICM mobilizará os sindicatos sobre o Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho – 28 de Abril, todos os anos – para frisar a natureza evitável de mortes no trabalho, lesões e problemas de saúde, e vai continuar a luta a favor da eliminação do uso do amianto em todo o mundo. Defender as normas de saúde e segurança no sector de trabalho é uma prioridade principal do ICM.

Os trabalhadores organizados do sindicato estão conscientes sobre os seus direitos laborais e podem negociar coletivamente com os empregadores para garantir o respeito desses direitos. Os representantes da União são cruciais para verificação da conformidade com os prazos de pagamento, contratos, acordos e regras de pessoal, fornecimento de informações e formação, inspeccionar o local de trabalho para evitar riscos e melhorar os padrões de saúde e segurança, a comunicação com a força de trabalho e cooperar com a administração, em particular através de uma gestão conjunta – comissão sindical.

Os direitos do sindicato são igualmente direitos humanos. A justiça social não pode ser alcançada sem que os trabalhadores tenham segurança, protecção e usufruam desses direitos. O ICM mobilizará campanhas para defender e promover os direitos sindicais e combater o comportamento anti-sindical em todo o mundo.

O ICM e os sindicatos afiliados irão pressionar a aplicação prática de todas as normas chave internacional do trabalho, a nível nacional e com as instituições financeiras internacionais, e continuar a apoiar a campanha para a ratificação das Convenções da OIT.

O ICM irá iniciar e participar na acção sindical para enfrentar o impacto da crise económica e as mudanças climáticas, por meio da promoção de empregos verdes, decentes e seguros. Vamos promover uma gestão florestal sustentável e construção sustentável.

### **O ICM em Acção**

O ICM vai organizar os sindicatos nas multinacionais e estabelecer também fortes vínculos com as redes regionais e globais para ajudar a negociar acordos coletivos de trabalho e melhorar as condições laborais e a saúde e segurança.

O ICM vai reforçar o diálogo social e os acordos com as multinacionais e com as associações de empregadores globais e regionais, formular agendas políticas a serem antecipados aos governos, empregadores e organizações multilaterais, e continuar a influenciar e monitorar as actividades dos bancos multilaterais de desenvolvimento.

O ICM desenvolverá alianças estratégicas com grupos da sociedade civil e outros parceiros que compartilham os nossos valores gerais e objectivos específicos. Ao mesmo tempo, vamos melhorar a implementação e monitoramento dos Acordos-Quadro Internacional e iniciar novos acordos com as empresas responsáveis.

O ICM apoiará a organização sindical em projectos de infraestrutura que utilizam os acordos da indústria que foram garantidos aos direitos sindicais, a saúde e segurança e as normas internacionais do trabalho.



## **PRIORIDADES 2014-2017**

Vamos intensificar as campanhas e organização para elevar o padrão de condições de vida e de trabalho em projectos de infraestrutura em todas as regiões. No que diz respeito a eventos desportivos internacionais, faremos isso por meio da acção sindical conjunta para 'Fair Play - Fair Games'.

### **PRIORIDADES: ORGANIZAÇÃO**

Lutar e vencer para o reconhecimento dos direitos de trabalho, saúde e segurança e Trabalho Decente, com estes a serem implementadas pelos governos, empregadores e a sociedade em todos os países e por instituições internacionais e empresas multinacionais (EMN), por:

**1 Organizar e negociar com empresas multinacionais (EMN)**

**2 Organizar os trabalhadores em grandes projectos de infraestrutura e obras públicas**

**3 Promover a certificação florestal, a gestão florestal sustentável e empregos sustentáveis nos comércios de madeira**

**4 Organizar projectos de construção para grandes eventos desportivos, sob a bandeira da campanha do ICM 'Fair play - Fair game'**

**5 Organizar sobre os direitos à saúde, segurança e bem-estar no trabalho e pressionar para a melhoria dos padrões internacionais em matéria de saúde e segurança**

### **PRIORIDADES: EMPREGOS**

Lutar por empregos sustentáveis em projectos de infraestruturas, através da melhoria da eficiência do clima, a modernização de edifícios e casas e implementação de políticas de trabalho e emprego nos comércios de construção, silvicultura e exploração florestal e negociar empregos directos e estatuto jurídico do empregado para todos os trabalhadores, centrada sobre:

**6 Campanha para o fim do trabalho precário e o *dumping* social**

**7 Combater a exploração ilegal de madeira e promover uma melhor governação na indústria florestal para gerar mais oportunidades de emprego**

### **PRIORIDADES: DIREITOS**

Defender e promover através do ICM os direitos sindicais e direitos iguais para todos, incluindo os trabalhadores jovens, mulheres trabalhadoras e trabalhadores migrantes:

**8 Campanha para Defender e Promover os direitos sindicais**

**9 Campanha Mundial para os Direitos dos Trabalhadores Migrantes e,**

**10 Campanha de Emprego para a Juventude e Igualdade de Género**



## XIV. VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES: CASO DO SENEGAL

*"Os africanos estão a perguntar se a China está fazer o seu almoço ou a comê-lo?"*



### **O calvário ao estilo chinês em Ila'a Touba: Escravidão arrepiante dos trabalhadores... Remuneração miserável (450 franco CFA por hora)... Não existem direitos sindicais.**

Les As acusações são graves e vêm directo da boca de dois trabalhadores demitidos pelo atrevimento de terem exposto as más condições de trabalho impostas pela empresa responsável pela construção da rodovia Ila'a Touba. Com efeito, Serigne Ndiaye um soldador e Abdou Khadre Diack mecânico foram demitidos pela CRBC. O pecado cometido por eles foi de terem aberto a boca para falar claramente, como eles dizem: 'Na CRBC, trabalhamos, não falamos!'

Enquanto esperava-se ouvir o lado da história por parte da gerência da empresa China Road and Bridge Corporation (CRBC) o Sindicato não pode alcançá-los, da discussão com esses dois jovens, é evidente que existe uma 'exploração dos senegaleses pelos chineses' neste tenebroso projeto de construção da rodovia Ila'a Touba. De acordo com Serigne

Ndiaye, sua situação é semelhante a um estado de servidão. "Somos tratados como escravos. Aqueles que são feitos para acreditar que estamos a trabalhar em boas condições, estão enganados. Encontramo-nos perante desafios. Os chineses gritam e dizem palavrões para nós o dia todo. Não é permitido reclamar ou falar para um tratamento melhor. Uma vez que se atreve a falar, você está despedido. Noz estamos a trabalhado por 9 meses sem nenhum contrato. São trabalhadores que não têm nenhum direito. Mesmo se nós fossemos demitidos, não poderíamos afirmar qualquer compensação'.

A mesma história foi relatada pelo Alexandre Khadre Diack, o mecânico. "Na CRBC não há nenhuma possibilidade em organizar. Nenhuma autoridade veio para perguntar sobre nossa situação. As suas visitas estão limitadas a debates com os Chineses. Somos pagos 450 Francos CFA por hora de trabalho duro. E certifica-te que você não danificou o equipamento da empresa. Quando os motoristas envolvem-se em acidentes, a empresa responsabiliza-se pelos custos do primeiro tratamento, mas os trabalhadores têm que pagar a reparação do veículo e continuar o tratamento arcando os custos do seu próprio bolso. Devido a essa injustiça, alguns colegas ainda estão a pagar 200,000.00 e 150,000.00 Francos CFA em dívidas. Não temos direito ao bonos de perigo. Trabalhamos de segunda a domingo. Não há dia de folga". Os dois trabalhadores demitidos apelaram as autoridades senegalesas para ajudá-los.

Dakaractu permanece a disposição da gerência para ouvir a sua versão da história sobre a situação que expõe os seus dois trabalhadores [www.dakaractu.com](http://www.dakaractu.com)



## RESUMO

No seu Congresso Mundial em Buenos Aires, em 9 de Dezembro de 2005, a Federação Internacional dos Trabalhadores da Construção e Madeira (IFBWW) e a Federação Mundial dos Trabalhadores da Construção Madeira (WFBW) criaram uma Nova Federação Global, a Federação Internacional dos Trabalhadores da Construção e Madeira – ICM. ICM é uma Federação Sindical Global, agrupando sindicatos livres e democráticos com membros nos sectores da construção, materiais de construção, madeira, florestas e afins.

Em conjunto o ICM reúne cerca de 334 sindicatos que representam quase 12 milhões de membros em 130 países. A Sede encontra-se em Genebra, Suíça. Os Escritórios Regionais e de Projectos estão localizados no Panamá, Malásia, África do Sul, Índia, Burquina Faso, Camboja, Chile, Líbano, Quênia, Rússia, Peru e Brasil.

O ICM na Região da África e Oriente Médio tem os seus escritórios situados em Joanesburgo e tem 64 filiais na região. Nós cooperamos com vários parceiros para capacitar os nossos afiliados a continuarem a fortalecer as suas vozes na advocacia, fazendo pressão e campanhas para os direitos dos trabalhadores e melhores condições de trabalho para seus membros.

O Presidente da Federação Internacional é o Sr. Per-Olof Sjöo da GS, na Suécia. Os Vice-presidentes são, os Senhores Pierre Cuppens da ACV BI na Bélgica e Dietmar Schäfers da IG BAU na Alemanha, e o Secretário-Geral é o Sr. Ambet Yuson das Filipinas. O último congresso do ICM foi realizado em Bangkok, na Tailândia, em Dezembro de 2013. O Próximo congresso do ICM será realizado em Dezembro de 2017, na África do Sul. O Presidente para África e Médio Oriente e o Sr. Piet Matosa da África do Sul e a Representante Regional e Sra. Crecentia Mofokeng, também da África do Sul.

## FORTALECIMENTO GLOBAL DO ICM

A Federação Internacional dos Trabalhadores da Construção e Madeira (ICM) é a voz global dos trabalhadores e dos seus sindicatos na construção, materiais de construção, trabalhadores florestais e da indústria madeireira. Ao associar os trabalhadores, reconhecer a diversidade, apoiar a organização e lutar contra a injustiça, o ICM contribui na criação de um mundo mais justo para os trabalhadores que estão a construir o nosso futuro. Em conjuntos, nós exigimos um trabalho decente, o respeito pelos direitos dos trabalhadores, a igualdade de género e as estratégias de crescimento sustentável.

O ICM tem estado cada vez mais, focado em organizar os trabalhadores em Empresas Multinacionais (EMN) incluindo as Empresas Multinacionais Chinesas (EMNC), dada a enorme expansão das suas operações globais. A organização estratégia inclui uma série de ferramentas, significativamente ao Acordo-Quadro Internacional (AIP). O valor de uma IFA (AIP) é o seu alcance global, tanto do ponto de vista geográfico como em toda a cadeia de fornecimento. O desafio é fazer os compromissos da IFA respeitarem os direitos dos trabalhadores à realidade que se vive a nível mundial. Este trabalho de organização é patrocinado através de uma ampla estratégia de comunicação, incluindo o monitoramento da empresa no *sítio electrónico*: <http://blogs.bwint.org/mnc>



**Ambet YUSON**  
Secretário-Geral do ICM

**ESCRITÓRIO REGIONAL: 30 Basson Street, Glenvista 2091, South Africa, T: +27 11 682 3091, E: afro@bwint.org**

**SEDE: 54 Route de Acacias, CH – 1227, Carouge, Switzerland, [www.bwint.org](http://www.bwint.org)**

